

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC/MARÍLIA PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Andresa Lins dos Santos Salvador

**Espaços e tempos da atuação dos TILS na Educação Superior:  
processos e perspectivas da tradução de textos acadêmicos em  
Libras**

Marília

2023

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC/MARÍLIA PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Andresa Lins dos Santos Salvador

**Espaços e tempos da atuação dos TILS na Educação Superior:  
processos e perspectivas da tradução de textos acadêmicos em  
Libras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

**Orientadora:** Dra Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins

**Coorientadora:** Dra Sueli de Fátima Fernandes, da Universidade Federal do Paraná.

Marília

2023

Salvador, Andresa Lins dos Santos

S182      Espaços e tempos da atuação dos TILS na Educação Superior: processos e perspectivas da tradução de textos acadêmicos em Libras / Andresa Lins dos Santos Salvador. -- Marília, 2023  
98 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília  
Orientadora: Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins  
Coorientadora: Sueli de Fátima Fernandes

1. Tradução e Interpretação. 2. Serviços de Tradução. I.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Andresa Lins dos Santos Salvador

**Espaços e tempos da atuação dos TILS na Educação Superior:  
processos e perspectivas da tradução de textos acadêmicos em  
Libras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação Especial.

Banca Examinadora

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins**

UNESP – Campus de Marília

Orientador

**Prof. Dra. Silvana Aguiar dos Santos**

UFSC – Florianópolis

**Prof. Dra. Angélica T. Carmo Rodrigues**

UNESP – Campus de Araraquara

Marília, 28 de fevereiro de 2023.

## AGRADECIMENTOS

### **Àqueles que estiveram comigo nessa jornada...**

Primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela condução até aqui, por Tua bondade e fidelidade! Obrigada Senhor!

À minha família pelo incentivo aos estudos e apoio incondicional.

Ao meu esposo André e meu filho Pedro por compreenderem as várias horas em que estive ausente por causa do desenvolvimento deste trabalho, amo vocês!

À minha estimada orientadora, Professora Dr<sup>a</sup>. Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins, obrigada pelo aceite, incentivo e orientação ao longo dessa pesquisa.

À coorientadora, Professora Dr<sup>a</sup>. Sueli Fernandes suas contribuições me trouxeram novas perspectivas, me sinto privilegiada em tê-las como orientadoras.

Ao grupo de surdos que tive contato ainda na infância, mesmo sem nada a oferecer, me aceitaram e tiveram paciência comigo.

Aos amigos surdos que conheci na trajetória acadêmica e me incentivaram nesse trabalho.

Aos TILS que me cercam e os que a distância participaram dessa pesquisa.

A todos que passaram na minha trajetória contribuindo para o meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

Por fim, a todos que me incentivaram nesse trabalho, Gratidão!

## RESUMO

A presença do tradutor e intérprete de Língua de Sinais (TILS) em ambientes educacionais tem sido uma realidade no Ensino Superior, sobretudo, nas duas últimas décadas. Nesses espaços, contudo, há uma escassez de materiais didáticos traduzidos em língua brasileira de sinais (Libras) que possam apoiar os estudos acadêmicos de estudantes surdos. Esse fato exige atenção diferenciada de pesquisadores no campo dos Estudos Surdos em Educação. O objetivo geral deste estudo foi analisar as percepções dos TILS sobre suas práticas profissionais nas Universidades. Tem por objetivos específicos: a) conhecer e mapear o perfil e as atribuições dos serviços dos TILS em universidades públicas; b) investigar estratégias utilizadas em processos tradutórios de textos científicos em Libras nas instituições investigadas. Participaram desta pesquisa profissionais tradutores e intérpretes de Libras que atuam em diferentes universidades públicas do Brasil. A metodologia de pesquisa compreendeu duas etapas: a primeira, visou traçar o perfil e atribuições dos TILS, por meio de levantamento por questionário estruturado fechado disponibilizado no *google forms* aos participantes; a segunda, por intermédio de entrevista, buscou investigar estratégias de organização dos trabalhos de tradução dos textos acadêmicos. A produção dos materiais constituiu-se em um banco dados que foram analisados à luz de fundamentos teóricos dos Estudos da Tradução e das teorias que destacam o papel da linguagem na constituição da subjetividade humana, a partir dos trabalhos do círculo de Bakhtin. Os dados recolhidos foram organizados em dois eixos de análises, a saber: a) Panorama dos profissionais que atuam como TILS nas universidades públicas; b) Espaços e tempos de trabalho dedicados aos processos tradutórios de textos acadêmicos em Libras. De modo geral, os resultados evidenciaram um perfil dos TILS ligados a uma carreira bastante heterogênea, e ainda, vinculada a práticas formativas correlacionadas às áreas de atuação educacional; foram poucos os TILS que disseram realizar atividades de tradução de textos acadêmicos, em geral atribuído à falta de infraestrutura institucional para seu desenvolvimento na universidade. Apesar da constatação o estudo levanta indicadores importantes que podem nortear formas de sistematização dessa atribuição profissional nas Instituições Educacionais. Identificou-se escassez de estudos dedicados a ampliar discussões em torno da profissionalização dos processos tradutórios de textos acadêmicos, como parte de uma política linguística que respeite os direitos dos surdos ao conhecimento produzido pela cultura majoritária, em sua língua – a de sinais.

**Palavras-chave:** Tradutor Intérprete de Libras. Processos tradutórios. Ensino Superior. Libras. Estudos Surdos em Educação.

## ABSTRACT

The presence of the Sign Language Translator and Interpreter (SLTI) in educational environments has been a reality in Higher Education, especially over the last two decades. In these spaces, however, there is a shortage of educational materials translated into Brazilian Sign Language (Libras) that can support the academic studies of Deaf students. This fact requires special attention from researchers in the field of Deaf Studies in Education. The overall objective of this study was to analyze the perceptions of SLTI about their professional practices in Universities. The specific objectives are: a) to understand and map the profile and duties of SLTI services in public universities; b) to investigate strategies used in translation processes of scientific texts to Brazilian Sign Language in the institutions under investigation. The research participants were professionals of Brazilian Sign Language translation and interpretation who work in different public universities in Brazil. The research methodology consisted of two steps: the first one aimed to create a profile and identify the tasks of the SLTI, through a closed structured questionnaire made available to the participants on Google Forms; the second one, by means of a interview, aimed to investigate the strategies used in the organization of the translation work of academic texts. The production of the materials constituted a database that was analyzed in light of the theoretical foundations of Translation Studies and the theories that highlight the role of language in the constitution of human subjectivity, based on the works of the Bakhtin Circle. The collected data was organized into two axes of analysis, namely: a) Overview of the professionals who work as SLTI in public universities; b) Spaces and times dedicated to the translation processes of academic texts to Brazilian Sign Language. In general, the results indicated a profile of SLTI associated with a very heterogeneous career, which is also linked to formative practices correlated to the areas of educational activity; few SLTI said they translate academic texts, usually due to the lack of institutional infrastructure for its development at the university. Despite this finding, the study raises important indicators that can guide forms of systematization of this professional attribution in Educational Institutions. It was found that there is a scarcity of studies dedicated to expanding discussions around the professionalization of the translation processes of academic texts as part of a language policy that respects the rights of the Deaf to access the knowledge produced by the majority culture in its own language – sign language.

Keywords: Brazilian Sign Language Translator Interpreter. Translation processes. Higher Education. Brazilian Sign Language. Deaf Studies in Education.

## RESUMO EM LIBRAS

Disponível em: <https://youtu.be/mlocb1YFuA>



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Fluxograma da Educação Bilingue.....	23
<b>Figura 2</b> - Website do INES.....	27
<b>Figura 3</b> - Canal do YouTube do INES.....	27
<b>Figura 4</b> - Website da UFSC.....	28
<b>Figura 5</b> - Website da Revista Brasileira de Vídeo-Registro em Libras - UFSC.....	28
<b>Figura 6</b> - Website do Programa de Pós graduação em Educação UFPR.....	29
<b>Figura 7</b> - Website do SIPAD-UFPR – Atribuições dos TILS.....	29
<b>Figura 8</b> - Website do SIPAD-UFPR – Prioridade no atendimento da equipe de TILS. .....	29
<b>Figura 9</b> - Canal do <i>YouTube</i> da UFPR - Tradução Libras.....	30
<b>Figura 10</b> - <i>Site</i> da secretaria de acessibilidade da UFC.....	31
<b>Figura 11</b> - Fluxograma do percurso de solicitação de tradução de texto na Universidade. ....	68
<b>Quadro 1</b> - Síntese do percurso metodológico. ....	14
<b>Quadro 2</b> - TILS participantes da pesquisa. ....	18
<b>Quadro 3</b> - Panorama dos TILS que atuam nas universidades públicas.....	52
<b>Quadro 4</b> - Identificação dos participantes. ....	53
<b>Quadro 5</b> - Atuação profissional como TILS.....	57
<b>Quadro 6</b> - Formação exigida e Comprovante de Fluência.....	58
<b>Quadro 7</b> - Tabela da FEBRAPILS salarial dos TILS. ....	63
<b>Quadro 8</b> - Quantidade de surdos e locais que estão na Universidade .....	64
<b>Quadro 9</b> - Atribuições dos TILS e a carga horária semanal destinada a atividade. ....	65

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 A metodologia como caminho de estudo do tema investigado .....	15
1.1.1 Dos critérios ao convite para participar da pesquisa.....	17
<b>2 O ESPAÇO DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS .....</b>	<b>21</b>
2.1 Tradução e Interpretação .....	24
2.2 TILS – Trajetória, Atuação e profissionalização .....	31
<b>3. ESPAÇOS E TEMPOS DA ATUAÇÃO DOS TILS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A PRÁTICA TRADUTÓRIA EM FOCO.....</b>	<b>41</b>
3.1 Os gêneros textuais como ponto de partida aos estudos dos processos tradutórios .....	47
3.2 Panorama dos profissionais que atuam como TILS nas Universidades Públicas .....	52
3.3 Espaços e tempos de trabalho dedicados aos processos tradutórios de textos acadêmicos em libras .....	67
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO A – PARECER DO CEP.....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE .....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE PESQUISA – QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE PESQUISA – ROTEIRO DE ENTREVISTA... </b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....</b>	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Iniciei minha trajetória como intérprete de Libras de forma precoce. Nascida em uma cidade do interior de São Paulo, meu contato com a comunidade surda foi no âmbito religioso, ainda criança. Quando vi uma moça sinalizando, meus olhos brilharam e implorei para minha mãe me matricular em um curso básico, ofertado por uma igreja, próxima de casa.

Nos anos 90 as instituições religiosas desenvolviam ações sociais com os surdos e para promover a interação entre surdos e ouvintes, ofertava curso de língua de sinais a fim de preparar pessoas para se comunicar e interpretar conteúdo do âmbito religioso. Segundo Rosa (2006) a atividade de interpretação nas instituições religiosas era uma prática comum e recorrente, garantindo aos profissionais e aos surdos maior visibilidade de participação nestes espaços.

Assim, o contato com a comunidade surda motivou a me aproximar da realidade da comunidade surda e a desejar fazer parte dela no futuro – sinalizar com as mãos. A forma com que as mãos se movimentavam criando sentidos me fascinaram (e ainda me fascinam); ao perceber a potência dos olhos e das mãos me interessava observar como os surdos sinalizavam e produziam sentidos, fui ampliando as experiências de atuação profissional como ativista e membro da comunidade surda.

Por volta dos anos 2000 passei a militar em defesa das pautas e reivindicações dos surdos, mobilizada pelos problemas de acesso ao conhecimento produzido à cultura majoritária. Movimentos da época, inflamados pelo recente reconhecimento da Libras e profissionalização dos TILS nas áreas educacionais, entre outras conquistas, me levaram a iniciar formalmente atividades, como intérprete de libras, para mediar as práticas de interação com os surdos, em contextos religiosos.

Enquanto cursava o ensino médio recebi um convite para atuar como intérprete em uma faculdade particular na minha cidade. Nesse período, soube que um casal de surdos havia se matriculado no Curso Normal Superior (nomenclatura alterada para Pedagogia, em 2006) e a família estava desesperada, porque precisavam contratar alguém para acompanhá-los nas aulas. Devido ao trabalho desenvolvido na igreja, conseguiram meu contato e, assim, de forma muito tímida entrei na faculdade para fazer minha primeira interpretação “profissional”, ampliando a minha experiência no campo educacional, principalmente, em razão das políticas

públicas educacionais inclusivas. Lembro de estar insegura para a função na ocasião, pois tinha apenas três certificados de cursos básicos de Libras, um pela igreja e outros dois pela prefeitura, ambos ministrados por professores surdos.

Apesar de a família e da gestão universitária manifestarem satisfação com as certificações mencionadas, assumi a responsabilidade de atuar na graduação, como um desafio. Já interpretava para os surdos, tinha o contato diário, era só ouvir e sinalizar. Assim, minha primeira reação foi de desespero, imaginava que a fluência seria suficiente para a interpretação acadêmica, mas outros aspectos eram necessários, como conhecer o conteúdo temático, os sinais para terminologias técnicas, os conceitos e o contexto discursivo acadêmico, e assim avancei na minha carreira profissional.

Essa experiência me fez refletir sobre o objeto de estudo nessa pesquisa, os TILS que atuam no Ensino Superior, para isso o objetivo geral deste estudo foi analisar as percepções dos TILS sobre suas práticas profissionais nas Universidades. E teve por objetivos específicos: a) conhecer e mapear o perfil e as atribuições dos serviços dos TILS em universidades públicas; b) investigar estratégias utilizadas em processos tradutórios de textos científicos em Libras nas instituições investigadas.

Entretanto, naquela época a língua de sinais estava em processo de reconhecimento no Brasil, conseqüentemente, em razão dos avanços dos estudos linguísticos da Libras e dos movimentos em favor da educação bilíngue para surdos, sendo assim não tínhamos acesso a sinais e terminologias que contribuíssem para a interpretação em sala de aula, visto que os sinais contextualizados foram criados conforme os surdos ingressavam no espaço acadêmico. Desse modo, ao exercer o trabalho na universidade e diante da dificuldade em dominar o léxico das áreas formativas, usava com muita constância a datilologia<sup>1</sup> para expressar os sinais dos termos/conceitos para os quais não havia sinais.

Trabalhei por um ano nessa universidade, porém o casal se mudou para a capital, fato que permitiu reordenar os objetivos profissionais.

Assim, com a intenção de aprofundar meus estudos na área de tradução em língua de sinais, fiz vários cursos de formação continuada, na capital ampliando minha formação na área educacional, em 2005. Na mesma época, prestei o exame de

---

<sup>1</sup> Faz-se a correspondência de uma letra da grafia alfabética de uma língua oral com uma configuração de mão de uma língua de sinais, que pode variar de uma língua para outra (PIMENTA; QUADROS, 2006).

Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras (ProLibras) ofertado pelo Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Libras. Essa certificação representou novas possibilidades de atuação profissional, para aqueles TILS que como eu, residiam afastados dos grandes centros urbanos, com pouco acesso a programas de formação inicial e continuada na área.

Em 2005 foi aprovado o Decreto nº 5.626 que determina ao poder público assegurar o atendimento diferenciado aos surdos, por meio do uso, difusão, tradução e interpretação de Libras, regulamentando a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que assegura aos surdos, se necessário, o direito a um intérprete/tradutor de Libras, além de orientar a oferta da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia, a fim de preparar esses profissionais para atender a comunidade surda respeitando a diferença linguística (BRASIL, 2002; 2005) – permanecia atenta e atuante considerando essas mudanças de atuação profissional na área.

Essa normativa é considerada um marco na efetivação e oferta do serviço do Tradutor e Intérprete de Libras aos surdos, nos diferentes contextos e espaços institucionais - públicos e privados. Esse direito foi reiterado pela Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no capítulo IV art. 28 § 2º II, na medida que discorre sobre a formação do tradutor e intérprete direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula, devendo demonstrar formação em nível superior no curso de Letras, na área de Tradução e Interpretação em Libras (BRASIL, 2015).

A partir das legislações mencionadas, a formação e a oferta dos serviços de tradução e interpretação de Libras ganhou maior relevância nos diversos contextos da sociedade, dentre os quais destacaremos nesta pesquisa sua atuação na Educação Superior.

Lembro-me que nessa época, preocupada em aprimorar meus estudos, apenas a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, lançava de forma regular e na modalidade remota, o primeiro curso de Letras Libras em duas modalidades, licenciatura e bacharelado, priorizando as 30 vagas de licenciatura para surdos. Dois anos mais tarde, outros cursos de formação inicial na mesma área (Letras/Libras) foram ofertados nos grandes centros de diferentes estados e regiões do Brasil.

Assim, em 2009 passei no concurso público que exigia apenas o ensino médio e a certificação no ProLibras, para exercer a função de intérprete no Ensino Fundamental I e II. Foi uma ótima experiência, mas, passados dois anos, pedi

exoneração do cargo. O vínculo criado com o aluno surdo me fez repensar os limites da profissão, de que nossa atuação não muda o mundo – vivi situações de frustração em razão da baixa expectativa de aprendizagem do aluno no sistema regular de ensino, experimentando a sensação de viver com as “mãos atadas”, o que gerou uma estafa laboral e tempos depois meu desligamento do cargo na escola. Com base nessa experiência, busquei redirecionar a rota para compreender e aprofundar os estudos acerca do exercício das atribuições profissionais do TILS – ingressei na pós-graduação a fim de compreender e me aperfeiçoar na carreira de TILS.

Trabalhar nesse âmbito formativo me mostrou que não se pode nada sozinho, parcerias devem ser feitas para que o objetivo seja alcançado. A rotina do trabalho na graduação e pós graduação com surdos e seus respectivos professores, permitiram elevar minha qualificação e desenvolvimento profissional. Realmente é um grande desafio, mas aprendi que além do aprofundamento na área de estudos da tradução e interpretação, cabe ao TILS fazer outras pontes para ter êxito no trabalho.

A esse respeito, notei que a presença de universitários surdos na graduação e na pós-graduação, nos dias de hoje, ainda se constitui um fato recente.

Nesses espaços, aos TILS eram e ainda tem sido atribuída o protagonismo na implementação e gerenciamento dos serviços na Universidade, o que exige maturidade para o enfrentamento das questões políticas e institucionais que extrapolam as atividades de sala de aula, decorrentes das demandas curriculares. O profissional TILS não se limita apenas à interpretação simultânea<sup>2</sup> das aulas, mas há uma necessidade urgente desse profissional desempenhar a função de tradutor de conteúdos acadêmicos garantindo o direito do surdo ao acesso na sua própria língua.

Em geral, cabe a ele atuar nos esclarecimentos sobre as políticas educacionais e linguísticas dos surdos que incidem diretamente sobre boas práticas profissionais, em contextos formativos universitários. Destarte, cabe então, esclarecer suas atribuições no cotidiano da práxis laboral, pouco conhecida na cultura acadêmica universitária. Por conseguinte, o acesso aos textos acadêmicos traduzidos em Libras discutidos em aula, pouco tem sido considerado nas atribuições dos profissionais contratados para esta função na universidade.

---

<sup>2</sup> De acordo com Ewandro Magalhães Jr. “o intérprete vai repetindo na língua de chegada cada palavra ou ideia apresentada pelo palestrante na língua de partida” (MAGALHAES JR, 2007, p. 44).

Diante do exposto, interessa saber qual tem sido o perfil dos tradutores intérpretes de língua de sinais que atuam nas universidades públicas do Brasil e como organizam suas atribuições profissionais nesse nível de ensino? Considerando que os processos tradutórios de diferentes gêneros escritos português /Libras, não tem sido recorrente nas práticas profissionais na universidade, uma vez que espaço e tempos de atuação profissional se restringem às salas aulas e atividades extracurriculares, esta pesquisa tem por finalidade analisar as percepções dos TILS sobre suas práticas nas Universidades. O percurso metodológico realizado no estudo, demonstrado no Quadro 1.

**Quadro 1** - Síntese do percurso metodológico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PROCEDIMENTOS/ FERRAMENTAS	MATERIAL EMPÍRICO	CAMPO DE INVESTIGAÇÃO	TEORIA ANALÍTICA
a) conhecer e mapear o perfil e as atribuições dos serviços do tradutor intérprete de Libras no Ensino Superior; b) investigar estratégias utilizadas em processos tradutórios de textos científicos em Libras nas universidades investigadas;	Questionário <i>online</i> Entrevista estruturada virtual Estudo de caso	Quadros do perfil e atuação profissional  Relatos dos entrevistados	TILS que atuam em universidades públicas brasileiras	TEMA A TEMA B

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Para tanto, essa dissertação está organizada em quatro seções. A Introdução na qual, apresento uma breve retrospectiva da minha trajetória formativa e de atuação como profissional tradutor intérprete de Libras atrelada a fatos marcantes dos movimentos surdos em favor do reconhecimento e da valorização da Libras, bem como da atuação do intérprete no ensino superior. Na primeira seção apresento a metodologia da pesquisa, a seleção dos participantes e os procedimentos da análise dos dados. Na segunda seção, introduzimos o espaço da tradução e interpretação na Educação Bilingue de Surdos, abordamos também a partir da teoria funcionalista considerando os estudos de Nord (2016), Barbosa (2004), Ronai (2012) e Pagura (2015), são ressaltados outros modos de compreender a tradução e interpretação, bem como alguns aspectos que orientam a trajetória e atuação dos TILS, no Brasil.

Na terceira e última seção é apresentado um diálogo com as produções acadêmicas a respeito das práticas da tradução no Ensino Superior. À luz das contribuições dos trabalhos do círculo de Bakhtin, é discutido o papel da Libras na

formação da consciência e no desenvolvimento do pensamento do surdo; e ainda, de que forma esses estudos podem desfazer equívocos acerca da compreensão dos processos tradutores e de interpretação.

Na conclusão resgatamos os problemas de pesquisa, não a fim de encerrar a discussão, mas para refletir e contribuir com a prática mais efetiva dos TILS no Ensino Superior.

### **1.1 A metodologia como caminho de estudo do tema investigado**

A partir do estudo de Ciências Humanas, a heterociência propõe uma mudança do ponto de vista da própria ciência, pensando na alteridade, no deslocamento do eu para o outro, essa metodologia nos convoca a não pensar somente no pesquisador e objeto, mas o pesquisador e o outro.

Escolher este novo caminho certamente implica abandonar a segurança dos enunciados para preferir as incertezas da enunciação; aceitar a subjetividade e a criação como terreno próprio da linguagem e seu movimento; enfim, preferir o acontecimento à estrutura, apostar na instabilidade para nela encontrar sentidos novos (GERALDI, 2015, p. 81).

A partir disso é possível a construção de uma metodologia, conforme Geraldi (2012) indica:

Uma metodologia (e não um método) capaz de orientar o pesquisador no emaranhado de complexidades que a linguagem comporta, evitando descaminhos que podem conduzir ao tratamento de questões que não lhe dizem respeito (ainda que nada no mundo esteja isolado), assumindo como próprio o que é próprio de outros campos (p. 23).

Esses conhecimentos a partir das experiências que realizamos se transformam e renovam. Como aponta Geraldi (2010, p. 81): “[...] o novo não está no que se diz, mas no ressurgimento do já dito que se renova, que é outro e que vive porque se repete”.

Neste estudo buscamos conhecer mais sobre o trabalho de tradução e interpretação pelos TILS que atuam no Ensino Superior, especificamente em universidades federais, por isso adotamos, para a nossa pesquisa, a abordagem qualitativa, na tipologia de estudo de caso.

Para pesquisadores que desejam responder questões de “como” e por quê” a estratégia de estudo de caso, vem se constituindo preferência nos estudos em ciências humanas. Yin (1989) define que o estudo de caso

é uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas fontes de evidência (p. 23).

No estudo de caso, portanto, o pesquisador produzirá seus próprios dados, em diferentes momentos e por vários meios de coletas de dados, adotadas neste estudo, pelo questionário e a entrevista.

Assim, é comum que o pesquisador se dedique a desenvolver atitudes de resolução de problemas de cunho teórico ou descobertas inesperadas na sua pesquisa, estando sempre em estado de alerta e preparado para reorientar seus estudos, nesse processo. Segundo Goldenberg (2011), cada entrevista, observação, descoberta é singular não existindo regras ou técnicas usadas no estudo de caso.

Nesta perspectiva metodológica, é atribuído à pesquisa uma aproximação com seu sujeito e o contexto na qual a sua pesquisa se insere, buscando, portanto, estar imerso nas relações que envolvem os processos de transformações do objeto investigado.

Ao utilizar o Estudo de Caso, como metodologia de investigação, Peres e Santos (2005) explicam a possibilidade do pesquisador compreender que: 1) o conhecimento está em constante processo de construção, nesse sentido, o pesquisador apoia-se no referencial teórico, mas deve ter uma atitude flexível caso no decorrer do trabalho, surjam elementos relevantes e novos não esperados; 2) o caso envolve uma multiplicidade de dimensões e, visando contemplar as múltiplas dimensões do objeto investigado, o pesquisador deve utilizar fonte de dados, métodos de coleta, instrumentos e procedimentos variados a fim de evitar interpretações superficiais; 3) a realidade pode ser compreendida sob diversas óticas, nesse sentido, o pesquisador deve ser ético e fornecer de forma clara aos leitores as evidências utilizadas para fazer sua análise, os dados devem ser apresentados de forma detalhada a fim de que o leitor possa compreender a visão do pesquisador evitando opiniões próprias.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as percepções dos TILS sobre suas práticas profissionais nas Universidades. Tem por objetivos específicos: a) conhecer e mapear o perfil e as atribuições dos serviços dos

TILS em universidades públicas; b) investigar estratégias utilizadas em processos tradutórios de textos científicos em Libras nas universidades investigadas.

Sobre os procedimentos éticos, em atendimento à Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), e à Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 (BRASIL, 2016), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre as normas éticas da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, via Plataforma Brasil, no dia 15 de outubro de 2021, e aprovado em 21 de março de 2022, sob Parecer Consubstanciado nº 5.303.557 (ANEXO A). Ressaltamos que o sigilo e o anonimato foram garantidos aos sujeitos participantes da pesquisa, quando assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – APÊNDICE A) e, ao mesmo tempo, autorizaram a divulgação dos resultados do estudo em eventos e publicações científicas.

### **1.1.1 Dos critérios ao convite para participar da pesquisa**

Participaram deste estudo 8 tradutores intérpretes de Libras que atuavam em cursos de graduação e pós-graduação de diferentes universidades públicas distribuídas em várias regiões do Brasil.

A coleta de dados se dividiu em duas etapas. A primeira procurou mapear o perfil e atribuições dos TILS, por meio do preenchimento de questionário fechado disponibilizado no *google forms* aos participantes do estudo. A segunda buscou por intermédio de entrevista – com os participantes que responderam ao questionário e sinalizaram que realizavam na ocasião da consulta, o trabalho de tradução de textos acadêmicos –, compreender como se organiza os trabalhos de tradução dos textos acadêmicos. A coleta gerou um banco dados que foi analisado à luz dos fundamentos teóricos do campo dos Estudos da Tradução e das teorias que destacam o papel da linguagem na constituição da subjetividade humana, a partir dos trabalhos do círculo de Bakhtin.

Os resultados desta pesquisa poderão contribuir e ampliar as discussões em torno da profissionalização dos processos tradutórios de textos acadêmicos para surdos.

A localização dos profissionais ocorreu por intermédio do levantamento das universidades públicas que ofertavam o curso de Letras-Libras (bacharel e licenciatura) no Brasil. Tal decisão foi baseada no reconhecimento dessas instituições

de ensino, como referência de formação na área de Libras, no que diz respeito ao suporte profissional especializado aos surdos nos cursos mencionados.

Também foram consultados os coordenadores dos Núcleos de Acessibilidade se contavam com profissionais tradutores-intérpretes de Libras, contratados<sup>3</sup>. Os dados de contato dos coordenadores dos Núcleos de Acessibilidade foram localizados nos *sites* das universidades. Após a identificação dos *e-mails* dos coordenadores, efetuamos uma consulta para solicitar os dados pessoais dos profissionais TILS na Universidade (nome, telefone e E-mail).

De posse desses dados, disparamos o *e-mail* convite para participar da pesquisa, mediante a apresentação de sua concordância no TCLE. Os dados levantados foram armazenados e organizados em uma planilha do Excel conforme atuação nas universidades, distribuídas por região (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Das 69 universidades identificadas, apenas 15 coordenadores dos núcleos de acessibilidade concordaram em enviar os dados de contato dos TILS que atuavam na época nos Núcleos de acessibilidade, sendo elas das seguintes regiões: 01 da Norte, 03 Nordeste, 04 Centro-Oeste, 04 Sudeste e 03 Sul.

De posse dessas informações foi disparado *e-mail* aos coordenadores dos serviços mencionados, solicitando os dados de contatos dos profissionais intérpretes que atuavam na instituição. Após a localização dessas informações, foram efetuados os convites, por *e-mail*, para esses profissionais participarem desta pesquisa. Das 15 universidades contatadas, 8 tradutores intérpretes manifestaram interesse em colaborar com a pesquisa, conforme descrito no Quadro 2 .

**Quadro 2** - TILS participantes da pesquisa.

Participante	Região	Carga Horária de trabalho
TILS 1	Bahia	40h
TILS 2	Espírito Santo	40h
TILS 3	São Paulo	40h
TILS 4	Paraná	40h

<sup>3</sup> Tais núcleos foram constituídos a partir do Plano Viver sem Limites<sup>3</sup>, por meio do Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), que visando a necessidade da consolidação da Educação Bilingue no Brasil, financiou a instituição da política pública de ingresso e permanência de pessoas com deficiência na Universidade.

<b>TILS 5</b>	Ceará	40h
<b>TILS 6</b>	Ceará	40h
<b>TILS 7</b>	Santa Catarina	30h
<b>TILS 8</b>	Santa Catarina	40h

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Os materiais que integram esta pesquisa foram produzidos em dois momentos distintos, a saber: a) Do levantamento de informações sobre as atividades laborais dos intérpretes na Universidade; e b) Das tratativas que envolvem a atuação do TILS na tradução de textos acadêmicos.

Para proceder a etapa **“Do levantamento de informações sobre as atividades laborais dos intérpretes na Universidade”**, consideramos necessário elaborar um questionário estruturado a partir do conhecimento inicial do pesquisador sobre o tema e do levantamento bibliográfico e leitura dos textos selecionados para compor este estudo.

Sua aplicação objetivou levantar informações acerca das práticas laborais dos TILS na universidade. Assim, ele foi composto por questões abertas e fechadas, a partir de temas vinculados às seguintes seções: a) dados pessoais do profissional (nome, idade, *e-mail*); b) histórico de contato e vínculo com a comunidade surda (primeiro contato com a Libras e com a comunidade surda); c) dados de formação (se tem formação no curso de Letras/Libras, proficiência em Libras); d) atuação (tempo de atuação na Educação Básica e no Ensino Superior); e) vínculo institucional (forma de contrato, nível de formação exigido); f) organização do serviço de tradução/interpretação na universidade (serviços oferecidos, quantidade de surdos na instituição, local de lotação dos TILS); g) período remoto (organização da equipe para o trabalho remoto, adequações necessárias, suporte e investimento, forma de disponibilização dos materiais para alunos surdos) (APÊNDICE B).

O questionário foi elaborado no *google forms* em língua portuguesa com o total de 60 questões, dessas, 32 foram fechadas, sendo alternativas, e as demais abertas com espaço para preenchimento e escrita. Foi enviado diretamente para os TILS, com prazo estipulado de um mês para responder.

Acerca das tratativas que envolvem a atuação do TILS na tradução de textos acadêmicos, após leitura prévia do material recolhido no primeiro momento da coleta

de dados, foi possível identificar que apenas um profissional realizava o trabalho de tradução como atividade laboral na universidade.

Assim, com o objetivo de conhecer como o profissional realiza essa tarefa, optamos por convidá-lo para participar de uma entrevista organizada por um roteiro semiestruturado, composto por 20 questões divididas por temas: a) formação, b) atuação, c) serviços de tradução d) filmagem e disponibilização dos materiais, conforme demonstrado no Apêndice C. A finalidade foi levantar informações tais como: formação do TILS, sua atuação na Universidade, como acontece o trabalho de tradução de textos acadêmicos, como é a sistematização desse trabalho, como acontece o trabalho desde a solicitação até a demanda atendida, quais profissionais compõem a equipe para o êxito do trabalho.

Optamos pela entrevista semiestruturada porque nela temos a possibilidade de centralizar o assunto, mas também a flexibilidade de perguntar, interagir e realizar colocações momentâneas no transcorrer da entrevista. Nesse modelo, o entrevistado tem a liberdade de expor sua opinião e o entrevistador colher informações não de forma isolada, mas compreendendo o todo.

A entrevista foi realizada de modo virtual por meio da plataforma *Google Meet* e aplicada pela pesquisadora deste estudo, no dia 4 de maio de 2022 às 10h00; o *link* foi enviado para o participante via *WhatsApp*; e durou 1h15min.

## **2 O ESPAÇO DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS**

Na história da humanidade, sabe-se que os surdos se sentiram posicionados à margem da sociedade, sem oportunidades de instrução educacional e profissional. Ao longo das duas últimas décadas, a educação dos surdos passou por significativas transformações advindas das pautas e reivindicações dos Movimentos populares no Brasil e de coletivos em situação de opressão e colonialismo da cultura ouvinte. Situação que aos poucos foi se modificando, em meio às forças dos movimentos sociais inclusivos que saíram em defesa dos direitos fundamentais e linguísticos das comunidades surdas, principalmente, dirigidas à garantia de acesso à educação bilíngue.

Por consequente a mesma história refere que, desde o Congresso Internacional de Educadores Surdos em Milão no século XVIII, surdos militam contra a opressão imposta pela comunidade ouvinte. Ativistas, surdos e aliados das comunidades surdas, vem contestando com maior força a imposição da língua oral, como única forma de comunicação aos surdos, em ambientes educativos, atribuindo às línguas de sinais uma posição secundária ou inexistente nesses espaços, pela imposição do oralismo (GOLDFELD, 1997).

Os próprios surdos que vivenciaram a proibição da língua de sinais no período da filosofia oralista, com a imposição da língua portuguesa como meio de aprendizagem, ocupado as agendas dos surdos em relação as manifestações em favor dos direitos linguísticos e de educação bilíngue que viabilizem o aprendizado da língua brasileira de sinais – Libras, como sua língua materna, assegurando a língua portuguesa, como segunda língua no currículo escolar.

Mobilizados pelas pautas de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva, equitativa à todos, diferentes Movimentos Sociais Populares desempenham um papel preponderante em favor das minorias linguísticas, que lutaram(tam) pelos direitos fundamentais para o alcance da autonomia e vida digna das pessoas surdas. Denominados de Movimentos Surdos congregam uma rede complexa formada por surdos e ouvintes “aliados” como sujeitos coletivos que se constituem num processo dialógico de identificações éticas, culturais e políticas e que se organizam física e virtualmente para combater todas as formas de representações colonialistas em relação aos surdos (SILVA, 2009). Movimento que teve seu ápice com a aprovação

da Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras, o que impulsionou o poder Público e empresas conveniadas a assumir o compromisso pela difusão da Língua de Sinais, a fim de prestar um atendimento adequado aos surdos.

Na década de 1990 o Brasil em concordância com a Declaração Mundial de Educação para todos, produzido em Salamanca<sup>4</sup>, na Espanha (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO, 1994), optou pela construção de um sistema educacional inclusivo, o documento já indicava a diferença na comunicação de pessoas surdas e cegas e a garantia de que todo aluno surdo tenha acesso a educação conforme sua língua, e ainda assegura o direito de cultivar e desenvolver a própria cultura, bem como, o direito à educação na própria língua.

A proposta de educação bilingue de surdos é uma das principais reivindicações da comunidade surda e já estava prevista no Decreto nº 5.626/2005. A proposta não visa integrar todos em um mesmo ambiente sem condições igualitárias de acesso aos conteúdos, mas considera que são sujeitos distintos com características específicas e que tenham o direito à uma educação de qualidade conforme suas necessidades. Busca assim, respeitar o direito do sujeito surdo no que se refere ao acesso aos conhecimentos sociais e culturais em uma língua que tenha domínio (SKLIAR, 1998). Assim, a preocupação é proporcionar ao sujeito surdo a condição de se incluir na sociedade de forma efetiva e completa, reconhecendo suas diferenças e capacidades.

As conquistas das comunidades surdas e as políticas de inclusão trazem aspectos legais, reforçam a presença de TILS nas diferentes esferas de participação dos surdos na sociedade, o que tensiona e eleva a busca por qualificação e formação adequada ao exercício da função nestes diferentes contextos, com especial atenção a sua atuação para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes não fluentes em língua de sinais.

A Lei 13.146/2015 (BRASIL, 2015), caracterizada por um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania, esse documento enfatiza a

---

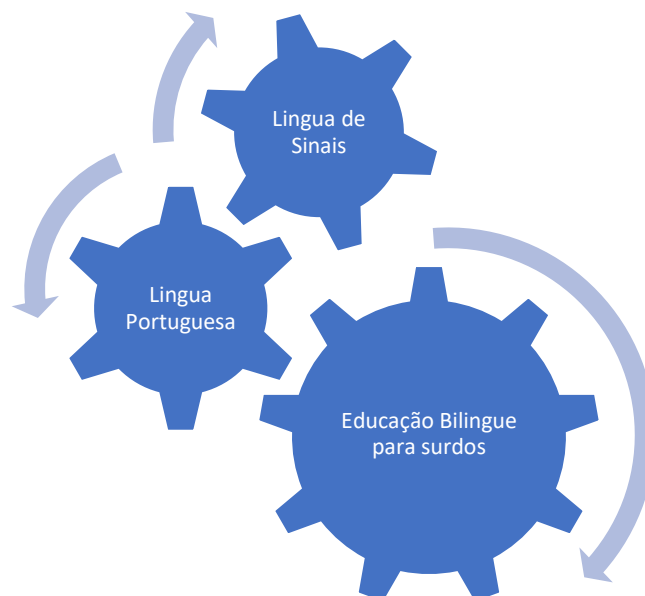
<sup>4</sup> Ver completo em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

presença dos TILS para promover acessibilidade em diversos contextos. A proposta de educação bilingue não visa simplesmente a acessibilidade, se assim fosse, os problemas estariam resolvidos com a presença dos TILS na escola. Nessa proposta, a acessibilidade se torna um complemento de ação política de educação bilingue, por exemplo, o TILS ao pensar na tradução de materiais didáticos, não preza somente pela acessibilidade, mas na educação bilingue a fim de promover materiais diretamente na língua do surdo, a língua de sinais.

Recentemente a comunidade surda vivenciou um marco nas conquistas na educação no Brasil, a sanção da Lei nº 14.191, em 03 de agosto de 2021, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), instituindo a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos, fora do campo da educação especial.

Para que a educação bilíngue se constitua como uma modalidade de educação escolar será necessário que as duas línguas que se instaura no jogo discursivo da comunidade escolar – libras e português, ocupem em igualdade de condições a práxis pedagógica e o currículo escolar. Nesse caso, tais espaços devem contar com pares surdos, para que a criança surda tenha acesso a cultura e identidade surda e a língua de sinais, sendo atribuída à aprendizagem da língua portuguesa escrita, a possibilidade de acesso a produção da cultura majoritariamente ouvinte.

**Figura 1** - Fluxograma da Educação Bilingue.



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Conforme o fluxograma, partilhamos a ideia que a proposta de educação bilingue seja o mais adequado para a criança surda, aceitar a língua de sinais como primeira língua e permitir que ela seja mediadora da segunda língua, no caso o português, favorece a criança surda o desenvolvimento cognitivo e participação em comunidade através de uma língua comum, dessa forma contribui para que ela transite entre as duas línguas.

## **2.1 Tradução e Interpretação**

Nesta seção apresentamos formas de compreensão das palavras “tradução e interpretação”. Se faz necessário considerar que estas constituem a sigla TILS para designar a profissão do tradutor e intérprete de língua de sinais, que, por vezes, os diferentes sentidos atribuídos a elas, tem gerado espaço para reflexões sobre a conscientização das atribuições dos TILS.

A palavra tradução deriva da origem e necessidade de comunicação, interação entre falantes de línguas distintas, além do interesse por compreender a história e adquirir conhecimento. Seja por meio de textos ou relatos, o ser humano tem por necessidade se conectar a outras pessoas e culturas para compreensão e desenvolvimento do ser. De acordo com (ANTUNES, 2007, p. 02) “a tradução existe devido à necessidade de tornar compreensível o incompreensível, de permitir aceder a um conteúdo que se encontra num registro diferente de quem o lê”.

Vale ressaltar que a atividade de tradução e interpretação estão presentes nos contextos de uso e estudos das línguas. Assim conforme AVELAR (2020), o ato de traduzir pode ser entendido como ponte que interliga não só as palavras, mas o contexto e a cultura.

Na esfera educacional, em 1972, o acadêmico James H. Holmes, com o objetivo de apresentar ramificações e atrair pesquisadores de outras áreas para o estudo da tradução, apresentou a disciplina de Estudos da tradução, nela ele apontou possíveis áreas de estudos que a tradução permite, sendo que, os aprofundamentos apresentados por ele tinham como objetivo instigar outros pesquisadores e o que resultou em aplicação acadêmica de estudo autônomo (ARROJO, 1998).

Na década de 1970, na Alemanha, no período pós-guerra, em oposição a abordagem formalista<sup>5</sup>, tem-se a teoria funcionalista dos Estudos da Tradução de Hans Vermeer e Katharina Reiss. Baseada nessa teoria, Nord (1991), incentiva a formação de tradutores com base nos fundamentos teóricos mencionados sobre o processo de tradução, momento em que a tradução ganha uma dimensão histórico-cultural.

Segundo Nord (1991), o Contexto do texto fonte deve ser analisado, assim como, o contexto da recepção do texto traduzido. Na abordagem da perspectiva funcionalista da linguagem, o texto ganha destaque primordial, visto que auxilia na compreensão e escolhas tradutórias. Deve-se analisar as características do conteúdo, da estrutura e a partir do escopo da análise do texto fonte, definir estratégias de tradução para o texto.

Nord (2016) apresenta, no âmbito da didática da tradução, erros que podem ocorrer, sendo eles: 1) Erros pragmáticos, que pode prejudicar o objetivo da função do tradutor, além de transmitir informações equivocadas ou omitir, devido à falta de prática. 2) Erros culturais: que podem comprometer o real entendimento devido à falta de conhecimento cultural, o que não impossibilita o entendimento, mas prejudica a compreensão contextualizada do que está sendo dito, por isso, indagações devem ser feitas, como “Qual é o público-alvo? Em qual momento? Em qual contexto?” deve estar presentes no momento de análise para a tradução. 3) Erros linguísticos: as faltas gramaticais, pontuações, acentos etc. Nesse caso, o texto fonte será compreendido por sua adequação e sinceridade dos tradutores para as escolhas tradutórias.

Estudioso da temática, Barbosa (2004), complementa que a tradução nesta perspectiva teórica de linguagem tem sido considerada “atividade humana realizada através de estratégias mentais empregadas na tarefa de transferir significados de um código linguístico para outro” (BARBOSA, 2004, p.11).

Para Nord (2016) e Barbosa (2004) a tradução é um processo cognitivo que precisa de um tradutor com competências tradutórias para exercer sua função. Esse é um trabalho de esforço mental complexo que exige a compreensão do texto, reformulação e a tradução deve suprir as necessidades dos destinatários.

---

<sup>5</sup> Essa busca se desprender do puramente linguístico para incluir aspectos contextuais, culturais e interacionais na tradução. Nessa teoria, não se traduzem palavras, mas funções comunicativas. O texto é entendido como um evento comunicativo, localizado em tempo e lugar, que possui, pelo menos, dois interlocutores em condições apropriadas e dispostos a se comunicar para alcançar um objetivo concreto (PONTES; PEREIRA, 2017).

Ao discorrer sobre a temática, Ronaí (2012), assevera que a tradução e a interpretação como atividades assume características distintas: a interpretação é forçosamente improvisada, limitada ao tempo, a rapidez e ao ritmo do momento, exigindo uso excepcional da memória; a tradução pode ser realizada com menos limitação no tempo e espaço, sem a espera de reação imediata. Assim, como refere a autora, esse estudo partilhará da compreensão de que o processo de tradução envolve o registro (materialização) da ação tradutória e o tempo necessário para as escolhas e formulação do texto em língua-fonte para o texto em língua-alvo. Compartilhando das ideias de Pagura (2015) pode-se afirmar que a tradução é a conversão de um texto escrito de uma língua de partida para uma língua de chegada, e interpretação é a conversão de um discurso oral.

Ao referenciar sobre o tema, Segalla (2010), traz considerações importantes sobre a dinâmica do processo tradutório quando menciona que:

A palavra tradução não significa apenas um ato mecânico de se traduzir algo da língua-fonte para a língua-alvo, mas sim um conceito amplo e profundo que envolvem aspectos linguísticos, cognitivos, comunicativos, culturais e extralinguísticos, além da estrutura comum da palavra (SEGALLA, 2010, p. 311).

No entanto, Avelar (2020), apresenta que os campos de Estudos da Tradução (ET) e Estudos da Interpretação (EI) estão atrelados, pois ambos abordam a translação entre língua e cultura.

De modo geral, tradutores e intérpretes trabalham com processos interlinguísticos, reformulando a mensagem de uma língua com os meios de outra, de maneira que exista uma comunicação mútua entre os falantes dessas diferentes línguas, no nosso caso entre surdos sinalizantes de Libras e ouvintes não sinalizantes. Entretanto, cada um desses profissionais lida com processos distintos, se apresenta com características diferentes e, por sua vez, demandam uma formação específica (Avelar, 2020, p. 25).

Portanto, nesta dissertação, assumimos esse conceito geral de tradução como atividade interpretativa, comunicativa, textual, linguística e cognitiva.

O trabalho de tradução da Língua Portuguesa para Libras é uma realidade em algumas instituições de ensino superior no Brasil, como no Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), e em algumas universidades públicas entre elas a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Ceará (UFC). Assim, nos apontam caminhos de possibilidades para institucionalizar esse serviço, garantindo o direito linguístico do aluno surdo e de acesso ao material em sua língua. Alguns desses trabalhos são

disponibilizados na internet e outros ficam restritos aos alunos matriculados da própria instituição.

O INES, pioneiro e referência na educação dos surdos também contempla a tradução de acervos e artigos em Libras, que são disponibilizados no *You Tube*, promovendo acesso a todos os interessados, indicados nas figuras 2 e 3.

**Figura 2 - Website do INES.**



Fonte: <https://www.ines.gov.br/ddhct>

**Figura 3 - Canal do YouTube do INES.**



Fonte: <https://www.youtube.com/@inesddhct9742>

Na UFSC a Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - Libras - e Língua Portuguesa (CTILSP) teve o seu primeiro Regimento aprovado pelo Conselho do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) em 2012, anteriormente a esse reconhecimento institucional o trabalho de tradução e interpretação já era reconhecido e os TILS atuavam em outros espaços em formato de equipe conforme a demanda existente. Além disso a UFSC foi pioneira na

implantação do curso de Letras Libras, uma iniciativa de extrema relevância social e histórica com uma ação concreta de educação voltada para as especificidades dos surdos. Conforme *prints* abaixo, no site há uma apresentação da equipe dos TILS e também o *site* da Revista Brasileira de Vídeo-Registro em Libras onde é possível acessar textos e artigos traduzidos em libras, destacados nas figuras a seguir.

**Figura 4 - Website da UFSC.**

**Apresentação**

A Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - Libras - e Língua Portuguesa (Ctilsp) teve o seu primeiro Regimento aprovado pelo Conselho do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no dia 29 de novembro de 2012. Anteriormente a esse reconhecimento institucional, o trabalho de tradução e interpretação de Libras e português na UFSC já era desenvolvido. Os tradutores e intérpretes que trabalhavam com esse par linguístico atuaram em outros setores da Universidade e em outros formatos de equipe. O trabalho de tradução e interpretação surge com a presença de discentes e docentes surdos. Com isso, houve a necessidade da presença de intérpretes que, por sua vez, passaram a atuar nas atividades acadêmicas em que esse público estivesse presente.

As demandas de tradução e interpretação acompanharam o aumento do ingresso de discentes e docentes surdos na UFSC, assim, mais tradutores e intérpretes foram contratados e uma equipe maior foi constituída. Rotineiramente, a Ctilsp operacionaliza o atendimento a demandas de tradução ou interpretação em diferentes contextos como de aulas (graduação e pós-graduação), defesas (TCC, Dissertação e Tese), reuniões (orientações, colegiados, conselhos, comissões etc.), eventos (seminários, encontros etc.), formaturas, dentre outros.

**CONTATOS**

**E-mail:**  
interpretes.cce@contato.ufsc.br

**Telefone:**  
+55 48 3721-9369

**Horário de atendimento:**  
Segunda-feira à sexta-feira,  
das 8h às 12h e das 13h às 17h

**Localização:**  
Centro de Comunicação e Expressão (CCE)  
Bloco A - salas 137 e 139  
Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima  
Trindade - Florianópolis - SC  
CEP 88040-900

Fonte: <https://interpretes.paginas.ufsc.br/apresentacao/>

**Figura 5 - Website da Revista Brasileira de Vídeo-Registro em Libras - UFSC.**

**Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras**

Buscar no portal

Área Restrita Administradores do Site

**Edições Anteriores**

Clique em Nº/ANO da Edição abaixo para acessar os artigos publicados em Libras:

**Edição nº 005/2020**

**Edição nº 004/2019**

**Edição nº 003/2017**

**Edição nº 002/2016**

**CONTATOS**

**ATENÇÃO:**  
Por enquanto, não temos coordenador editorial para responder por e-mail.

E-mail da Revista:  
vrlibras@gmail.com

Departamento de Libras (DSL B)  
Centro de Comunicação e Expressão (CCE)  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Bairro Trindade  
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil  
CEP 88040-900

Fonte: <https://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br/>

Outra referência que oferece o serviço de tradução é a UFPR, sendo as traduções em Libras uma ação pioneira adotada desde a criação da Licenciatura em Letras Libras, em 2015. Na página do programa de pós-graduação em educação a universidade contempla a atividade desenvolvida pela equipe de TILS e foi

incorporada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), como um efetivo avanço na política de inclusão de estudantes surdos também na pós-graduação. No *site* do SIPAD – Superintendência de inclusão, políticas afirmativas e diversidade na *aba* Interprete de Libras consta as atribuições dos TILS na referida universidade e as prioridades no atendimento da equipe de TILS, apresentando que umas das prioridades é o trabalho de tradução, conforme pode-se observar na sequência das Figuras 6, 7 e 8.

**Figura 6 - Website do Programa de Pós graduação em Educação UFPR.**



Fonte: <http://www.pppg.ufpr.br/site/ppge/en/traducoes-materiais-em-libras/>

**Figura 7 - Website do SIPAD-UFPR – Atribuições dos TILS.**



Fonte: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/atribuicoes-do-interpretres/>

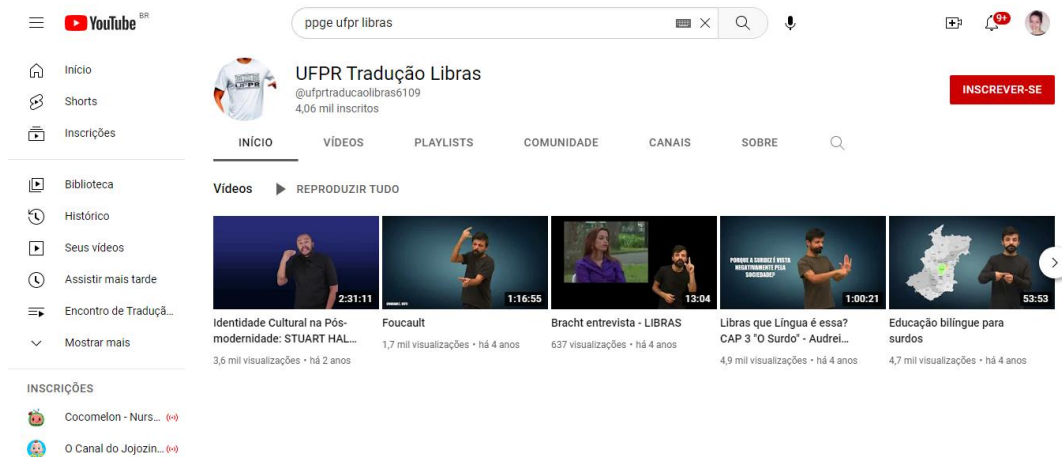
**Figura 8 - Website do SIPAD-UFPR – Prioridade no atendimento da equipe de TILS.**



Fonte: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/prioridades-de-atendimento/>

Os materiais desenvolvidos pela equipe de TILS são disponibilizados em modo público permitindo o acesso a todos interessados no canal *YouTube*-UFPR Tradução Libras (Figuras 9 e 10), retratando o compromisso da universidade com a comunidade surda, especialmente, sua responsabilidade com as normas de acessibilidade de conteúdo para ambientes na *Web*.

**Figura 9 - Canal do *YouTube* da UFPR - Tradução Libras**



Fonte: <https://www.youtube.com/@ufprtraducaolibras6109>

Na UFC, os serviços disponíveis pela equipe de TILS contempla a tradução de textos acadêmicos para os alunos surdos.

**Figura 10 - Site da secretaria de acessibilidade da UFC.**



Fonte: <https://accessibilidade.ufc.br/pt/servicos/>

Diferente dos outros exemplos citados, a UFC contempla o serviço de tradução, mas não é possível o acesso aos materiais traduzidos de modo público, como no *You tube*. A política usada pela universidade de acesso aos textos traduzidos contempla somente os alunos devidamente matriculados, o que dificulta a compreensão das formas em que o trabalho é realizado, bem como, os motivos da restrição em razão das normas de acessibilidade que deveriam torna-los públicos a todos.

## 2.2 TILS – Trajetória, Atuação e profissionalização

Nesta subseção apresentaremos uma revisão de estudos e pesquisas de diferentes autores que abordam o trabalho dos TILS, da formação empírica à profissionalização, a atuação no ensino superior e as conquistas legais que fortaleceram a categoria.

A sigla TILS para referir-se ao termo Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (ANATER; PASSOS, 2010; VASCONCELLOS, 2010) ou ILS para Intérprete de Língua de Sinais (LACERDA, 2009; METZGER, 2010; RUSSO, 2009; SANTOS, 2010), ganha visibilidade no Ensino Superior por seu papel desenvolvido na Universidade com alunos surdos usuários da Língua de Sinais, seja nas atividades curriculares ou extracurriculares.

A presença do surdo em diversos espaços sociais e a necessidade de se comunicar e interagir socialmente mobilizou a profissionalização do tradutor e intérprete de Libras nos diferentes contextos. Foi a partir do contato com a comunidade surda que os intérpretes aprenderam a Libras e passaram a utilizá-la para práticas de mediação da interação dos surdos com os ouvintes.

Conforme Bisol e Valentini (2011) o tradutor e intérprete de Língua de Sinais é um profissional ouvinte que tem competência e fluência na língua para viabilizar a comunicação entre surdos e ouvintes. O intérprete é tradicionalmente aquele que faz uma tradução ao vivo, usando a voz ou o gesto de corpo presente. Mesmo que a sigla nos leve a compreender que tradutor e intérprete podem desempenhar a função de traduzir e interpretar, é necessário compreender que são atividades distintas, podendo uma complementar a outra, mas as habilidades, competências e procedimentos são diferentes e o aprofundamento desses termos é de extrema importância para o profissional desempenhar a função respectiva do cargo que se propôs a assumir.

Atualmente, pesquisas tem dado visibilidade na atuação de tradutores e intérprete surdos, assim como os ouvintes, os surdos também iniciaram de forma empírica. Segundo Ferreira (2019)

Não há no contexto brasileiro uma formação específica e permanente para que os surdos possam se tornar tradutores e/ou intérpretes, seja em cursos livres, de extensão universitária e/ou de graduação. O único exemplo que encontramos, no caso da certificação desses profissionais, é o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras (ProLibras), criado com base no Decreto nº 5.626/05, cuja validade expirou em 2015, com o objetivo de realizar, por meio de exames de âmbito nacional, a certificação de proficiência no uso e ensino de Libras ou na tradução e interpretação da Libras para pessoas surdas ou ouvintes, comprovando, respectivamente, a sua competência no ensino de Libras ou na tradução e interpretação de Português-Libras (p. 19).

Segundo o autor, na quarta edição do ProLibras em 2009, houve alteração na prova prática, a partir dessa edição os candidatos surdos puderam fazer a tradução do português escrito para Libras e vice-versa. Essa alteração na metodologia da prova possibilitou a participação dos surdos para a certificação de tradutor e intérprete de Libras. Após o ProLibras, há registro de formação de surdos em cursos voltados a área da tradução e interpretação.

A atuação profissional do TILS é recente no Brasil, segundo Rosa (2006):

A história dos intérpretes das línguas orais tem sido construída como num mosaico de fatos. Entretanto, a história dos Intérpretes de Línguas de Sinais (ILS) ainda mal começou a ser contada. O ILS até pouco tempo não era

considerado como profissional, ou seja, não era remunerado em qualquer situação, não tinha preocupação com sua formação ou treinamento para o exercício da profissão (p. 77).

Para a autora, diferente do tradutor, o Intérprete de Língua de Sinais “é visível, pois a língua de sinais se apresenta numa modalidade visual-gestual; sendo assim, o ato interpretativo só pode acontecer na presença física do ILS” (ROSA, 2006, p. 80).

A autora comenta ainda que esta função é muito importante para a comunidade surda na medida em que se constitui como o elo entre o surdo e o ouvinte, como orador exprime na primeira pessoa sinalizando e representando suas ideias e convicções, passando a admitir aos que se inserem no ato discursivo “[...] imprimir-lhes similar intensidade e mesmas sutilezas que as do enunciado em português oral” (ROSA, 2006, p. 80).

Assim, considera-se que “[...] uma pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita) pode ser considerado tradutor e intérprete” (QUADROS, 2003, p. 11). Dessa forma, a atuação e função do TILS ganha visibilidade a partir do Decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei de Libras (Lei 10.436/2002). O direito de o surdo estar presente em todos os lugares deu espaço ao TILS que faz a mediação da comunicação entre surdos e ouvintes não usuários da Língua de Sinais. Conforme Rosa (2006), muitos desses TILS foram convidados a assumir o papel de atuar no contexto educacional. A expansão da atuação do intérprete e tradutor também gerou problemas, tais como: de formação e competências, o que a grande maioria não possuía. Segundo Nascimento (2014):

O vazio de normas presente no universo da tradução/ interpretação da língua de sinais constitui-se em um balizador para a vivência de situações dramáticas, conflituosas e, muitas vezes, constrangedoras, uma vez que, quando não há normas para orientar a atividade ela pode ficar obscura, obtusa e sem direção (p. 3).

Os TILS que atuavam na esfera religiosa e tinham contato frequente com a comunidade surda recebiam convites para a atuação em outros contextos, visto que já tinham o contato com os surdos e, muitas vezes, o próprio surdo indicava o nome do intérprete pela proximidade e confiança. Observa-se que estudos recentes apontam a necessidade de formação para o Tradutor e Intérprete, porém, há de se destacar que dada a necessidade, prioriza-se o conhecimento prévio dos conteúdos e a relevância do trabalho. Percebe-se que a trajetória do TILS se iniciou na relação

com a comunidade surda, caracterizada com sua própria cultura, a cultura surda, como descreve Strobel (2008):

a cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (p. 22).

Portanto, a proximidade dos ouvintes com a comunidade surda possibilitou não só o aprendizado da língua, mas também o conhecimento das ideias e costumes que regem essa comunidade e a partir disso o respeito aos hábitos dos surdos.

Contudo, nos últimos anos houve um aumento significativo quanto ao ingresso de alunos surdos no Ensino Superior, as pesquisadoras Martins, Leite e Lacerda (2015) realizaram uma pesquisa documental<sup>6</sup> com base nas informações do Censo do Ensino Superior e dos documentos do Programa Incluir que resultou em 24,34% de surdos e deficientes auditivos matriculados no Ensino Superior. Com isso, nas instituições de Ensino Superior, recursos de acessibilidade começaram ser empregados como a contratação de profissionais, oferta da disciplina de Libras, materiais de apoio de acessibilidade.

As articulações por meio de políticas linguísticas visando atender a demanda dos alunos surdos tem resultado na contratação de profissionais tradutores e interpretes de Libras, de modo a promover a acessibilidade comunicativa. Esses profissionais intermedeiam a comunicação entre surdos e ouvintes não usuários de Libras em diversos espaços do contexto acadêmico, mas, a prioridade dessa contratação é para a interpretação em sala de aula e eventos, sendo que reuniões e assembleias são deixadas em segundo plano. Tais atribuições muitas vezes não são previamente planejadas, prejudicando a participação de alunos surdos nesses espaços.

Conforme Lacerda (2013) e Albres (2015), o tradutor e intérprete que atua no Ensino Superior deve repensar sua atuação e buscar estratégias para que os alunos surdos assimilem o conteúdo repassado, sua função vai além de saber sinais e repassar, é necessário a conscientização de que é um profissional transformador.

---

<sup>6</sup> As pesquisadoras analisaram as políticas relativas às matrículas da educação especial no ensino superior brasileiro com base em indicadores educacionais. A pesquisa se caracteriza como descritivo-analítica com base documental, cujas fontes de dados foram resumos técnicos e planilhas do Censo da Educação Superior no período de 2000 a 2011 e documentos do Programa Incluir no período de 2005 a 2011, quinquênio em que foi implantado.

Mais que transitar entre línguas, ele também atua na mediação das relações sociais e acadêmicas no Ensino Superior, atuação limitada apenas à interpretação dos conteúdos de aula, mas, as conversas no ambiente, comentários entre si, relações entre professor e aluno também fazem parte do processo educacional.

Quando ele atua nesse espaço, contribui para a participação do aluno surdo na Universidade. O contato e interação com o aluno surdo pode contribuir para o êxito na interpretação, visto que o contato pode fornecer estratégias, além de incentivar o aluno surdo nas atividades e interações com os demais, dar o lugar de fala ao surdo para que ele possa ser visto e se sentir representado. Todas essas ações compõem o meio acadêmico, em que o TILS educacional tem o compromisso com o ensino e a aprendizagem.

O TILS que atua em sala de aula, deve envolver-se com questões de ensino e aprendizagem junto ao professor e aluno, ele assume o compromisso de buscar sempre passar informação e certificar-se de que o aluno teve a compreensão dos conceitos e não somente a acessibilidade ao conteúdo. No Ensino Superior a questão é mais complexa devido a diversidade de áreas e assuntos, e isso, demanda do TILS o aprofundamento dos estudos em parceria com os professores do aluno.

Para a construção e compreensão do conceito pelo aluno surdo, processos subjacentes para tornar acessível e inteligível o conteúdo na construção de sentidos e conhecimentos no Ensino Superior, o desafio será a construção de conceitos complexos, a falta de sinais em libras para os termos, buscar o conceito, recorrer a datilologia e usar o sinal provisório.

Se o TILS conhece o conceito, ele consegue estabelecer algumas estratégias para transmitir o conteúdo para o aluno, no caso de não saber, o intérprete aprende sinais “soltos”, o que muitas vezes não chega à compreensão contextualizada do assunto. Ele deve pensar e refletir sobre estratégias de uso e identificar o que está funcionando e, a partir disso, ajustar suas práticas, visto que o TILS atua entre a compreensão e a construção de sentido, por esse motivo, faz-se necessário a relação com o professor e essa dinâmica refletirá diretamente na sua prática.

O professor tem o conhecimento específico de determinada área e o intérprete o conhecimento da língua, por esse motivo a parceria é inevitável e de grande relevância. As práticas e didáticas utilizadas pelo professor pode influenciar o desenvolvimento/desempenho do intérprete e, muitas vezes, essa relação pode ser tensa por falta de conhecimento do papel de cada profissional. Contudo, estabelecer

uma relação harmoniosa e conduta ética respeitando suas funções, ou seja, de que o professor é o detentor do conhecimento e o TILS, o mediador. Quando há essa relação, o aluno surdo é beneficiado, pode significar a obtenção de melhores resultados nas práticas de atuação desse profissional em sala de aula. A relação pode ser tensa, mas a conduta do TILS pode favorecer um bom funcionamento para o trabalho do professor e, principalmente, a compreensão dos alunos surdos.

Souza (2017) relata que o profissional intérprete de Libras, tem uma grande responsabilidade no seu trabalho:

O profissional TILS, não tem apenas a responsabilidade de ter fluência nas duas línguas, esse é apenas um dos requisitos para ser um profissional competente, considerando, que o mesmo trabalha com idiomas gramaticalmente distintos e com modalidades diferenciadas. A Libras é um sistema linguístico de comunicação visoespacial, e o português é oral-auditivo, portanto, é necessário que esse profissional tenha conhecimento referente as especificidades socioculturais das línguas em questão e que tenha consciência da sua capacidade (competência tradutória) e não aceite trabalho que não seja capaz de executar com qualidade (SOUZA, 2017, p. 7).

A conduta ética desse profissional também é foco do Código de Ética da profissão, considerado parte integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes (FENEIS). No dia 28 e 29 de janeiro de 1965, em Washington, EUA, foi elaborado um código de ética pelos intérpretes, traduzido por Ricardo Sander, adaptado pelos representantes dos estados brasileiros e aprovado por ocasião do II Encontro Nacional de Intérpretes, no Rio de Janeiro/RJ, em 1992. Baseados nesse documento, a Lei reforçou alguns pontos da conduta ética para a atuação, visto que a maioria atuava em contextos informais e não remunerados.

Entretanto, com a legalização da profissão observa-se adoção de postura de reconhecimento e valorização da sua formação para atuar em contextos formais como nos âmbitos educacionais. Tais medidas podem ser vistas no art. 7º que orienta aspectos da atuação profissional no exercício da função laboral. Assim, entre as condutas em destaque, cabem ao TILS zelar pela honestidade e sigilo de informações recebidas, atuar sem preconceito, ser imparcial e fiel quanto ao traduzir, conduta adequada nos ambientes que frequentar, consciência que se expressar é um direito social e conhecer as especificidades da comunidade surda.

Como as leis descritas anteriormente ainda deixam algumas lacunas quanto a formação do TILS, existe um Projeto de Lei, nº 9.382/2017 (BRASIL, 2017) que tem por finalidade revogar a Lei nº 12.319/2010 (BRASIL, 2010) em vigor. Esse Projeto de

Lei foi apresentado pela Deputada Erika Kokay, em 3 de março de 2017, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de uma Subcomissão Especial para discutir e propor regulamentação e dar outras providências afetas ao exercício profissional dos intérpretes, guia-intérpretes e tradutores da Língua Brasileira de Sinais, visando melhorar a atuação do TILS, bem como, algumas mudanças essenciais, contribuindo assim, para o bom exercício da função. Ela esclarece alguns pontos sobre as atribuições, formação, atuação e reforço na questão ética da conduta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de tradutor, guia intérprete e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). § 1º Para os efeitos dessa lei é considerado: I – tradutor e intérprete o profissional que atua na mobilização de textos escritos, orais e sinalizados de Libras para Língua Portuguesa ou vice-versa (BRASIL, 2017).

Esse esclarecimento sobre a atuação do profissional tradutor e intérprete nos aponta uma direção, a atuação do profissional está ligada a tradução e a interpretação entre as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa. Portanto, ao ser contratado deve estar ciente de que suas atribuições demandam competência nas três modalidades, textos escritos, orais e sinalizados e deve estar apto para atuar em Libras como na modalidade oral da Língua Portuguesa.

Art. 2º O exercício da profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete é privativo: I – dos portadores de diploma em cursos superiores de bacharelado em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa ou em Letras com habilitação em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação; II – dos portadores de diploma em cursos superiores em outras áreas que, na data de publicação desta lei, tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa; III – dos portadores de diploma em cursos superiores em outras áreas que possuem diplomas de cursos de extensão, formação continuada ou especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta horas) e tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa; IV – dos profissionais habilitados nos termos do art. 4º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, até a data de publicação desta Lei; V – dos profissionais que comprovarem atuação de 5 anos, até a publicação desta lei; VI – dos portadores de certificado de exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa, até a data de publicação desta lei (BRASIL, 2017).

Esse documento esclarece sobre os profissionais habilitados para o exercício da função e nortear os contratantes que são leigos na Língua de Sinais sobre a formação específica para atuação e desempenho de um bom trabalho. A formação em curso superior voltado à área de tradução e interpretação como o de Letras Libras,

ou especialização, com carga horária conforme recomendada no documento, possibilita ao TILS o conhecimento teórico de estratégias e, assim, fazer escolhas interpretativas no momento da atuação.

Sobre a atuação do TILS, o Artigo 3º apresenta “São atribuições do tradutor, guia-intérprete e intérprete, no exercício de suas competências: VI - Atuar na tradução de atividades e materiais artístico-culturais a fim de prestar acessibilidade para o público usuário da Libras” (BRASIL, 2017).

A fim de tornar acessível, não só na área educacional, apresenta a tradução de materiais em outros contextos.

Art. 5º A duração do trabalho dos profissionais de que trata essa Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta horas semanais). Parágrafo único. O trabalho de tradução e interpretação superior a uma hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais (BRASIL, 2017).

Esse documento apresenta um grande avanço para a categoria de TILS, visto que a redução da carga horária é necessária devido ao grande esforço físico e mental que é exigido em uma interpretação simultânea, por exemplo. O revezamento é uma luta constante, com a carência de contratação desse profissional, seja por falta de formação adequada do TILS para atuação na educação, especificamente no ensino superior ou falta de institucionalização para a contratação, ainda é possível ver TILS atuando sozinhos. Nogueira (2016) e Nogueira e Gesser (2018) enaltecem a atividade desses profissionais em dupla, por ser uma possibilidade de interação, apoio e aprendizado entre os pares, visto que o momento tradutório e interpretativo sensibiliza esforços linguísticos, cognitivos e psicofisiológicos.

De acordo com a Nota Técnica nº 02/2017<sup>7</sup> da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS), o trabalho de interpretação quando realizado por apenas uma pessoa durante longos períodos, prejudica a qualidade na interpretação, uma vez que, devido ao intenso esforço cognitivo, maior número de omissões pode ocorrer e o profissional perde a capacidade de se automonitorar em sua produção. Após um longo período interpretando, o cansaço mental e físico prejudica a qualidade da

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://febrapils.org.br/publicacao/nota-tecnica-02-2017-sobre-a-contratacao-do-servico-de-interpretacao-de-libras-portugues-revezamento-e-trabalho-em-equipe/>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

interpretação, “inicia-se um processo de fadiga mental que afeta a produção da mensagem”.

No Brasil, os referidos documentos contribuíram para o avanço da Política de tradução, esse termo foi citado por Holmes (1988), que se interessou pela área de Estudos da Tradução e da Interpretação e apresentou o mapa funcional dos Estudos da Tradução, visando compreender o papel, a função do tradutor e a sua prática para a atuação.

Goulart (2020) retoma as contribuições da pesquisadora Meylaerts (2011) e explica as mudanças em torno do conceito de políticas de tradução e de interpretação.

Nas reflexões de Meylaerts (2011), sobre Políticas de Tradução, a autora afirma que conceito de política, em seu sentido mais estrito, se refere à forma de condução de assuntos públicos por um determinado governo ou administração. A pesquisadora cita como exemplo prático as regras legais. Ainda nesse viés da amplitude, a autora afirma que a política abrange também outros contextos que podem contemplar instituições, organizações, empresas privadas etc. Cada uma delas implementam determinadas condutas por regras específicas – inclusive contextos e situações informais podem ter suas relações políticas (GOULART, 2020, p. 39).

A partir disso, compreendemos que o conceito de política de tradução está atrelado as normas institucionais, visando a ampliação do trabalho desempenhado pelos profissionais e a buscar formas de qualifica-los.

No Brasil, Santos e Francisco (2018), apontam como o termo é utilizado:

No Brasil o termo “política de tradução” tem sido utilizado de forma genérica, as vezes para designar leis que tratam de determinada língua e mencionam a tradução ou a interpretação, como no caso das línguas de sinais, ou ainda para designar procedimentos e estratégias adotados na tradução de obras que abordam temas como estudo de gênero, colonialismo, tradução cultural, tradução literária entre outros (SANTOS; FRANCISCO, 2018, p. 2946).

Os autores ainda acrescentam que a Lei de Libras nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e o Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) contribuíram para o desdobramento de uma série de políticas linguísticas, resultando não só na conquista do reconhecimento da língua pela comunidade surda, mas também na oferta de cursos de formação, isso, fortaleceu a atuação e promoveu a visibilidade para o profissional tradutor e interprete de Libras.

Toda decisão em torno de uma língua gera consequências e propostas de ação no campo da tradução, a articulação entre políticas linguísticas e política de tradução contribuem para ambos os campos, sendo essencial que os campos estejam atrelados para influenciar a formação desses profissionais.

No entanto, conforme salienta Ozolins (2010), não basta prover o serviço ou ainda focar apenas no treinamento desses profissionais, mas também é necessário refletir sobre suas condições de trabalho de maneira global e buscar melhorá-las.

Sobre isso, os TILS ainda enfrentam uma barreira de cunho jurídico para estabelecer o trabalho nas Universidades. Ao relatar sobre isso, Santos (2015) complementa:

A maioria dos servidores tradutores e intérpretes de Libras-Português é enquadrada no cargo de classificação D, com a nomenclatura de “Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais”, de acordo com o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Atualmente, uma parcela mínima desses servidores está enquadrada no cargo de classificação E com a nomenclatura de Tradutor/Intérprete (com exigência de ensino superior). A presença desse cargo de nível médio no PCCTAE, em uma época em que as políticas linguísticas em torno da Libras alcançaram uma evidência significativa em nosso país, é uma grande incongruência (p. 120).

Nesse sentido, atualmente a contratação dos TILS pelas universidades seguem de maneira distintas, alguns são concursados, outros contratados diretamente pela universidade por tempo determinado e outras instituições terceirizam esse trabalho por meio de licitações e pregões.

Acreditamos ser necessário trazer considerações sobre a distinção entre concurso e terceirização. Em se tratando de concurso, Gasparini (2007), pontua que

[...] É um processo competitivo, em que os cargos são disputados pelos vários candidatos. Os cargos hão de estar sem os respectivos titulares ou em estado de vacância. De sorte que o concurso somente pode ser aberto se existir cargo vago e se deseja ampliar o quadro em razão da necessidade de serviço, devem-se criar os cargos e só depois instaurar o concurso. [...] Pelo o concurso afastam-se os inábeis e os indicados por figuras proeminentes do mundo administrativo, social e político, e prestigiam-se os mais aptos à satisfação dos interesses da Administração Pública (GASPARINI, 2007, p. 178-179).

Um dos objetivos de promover o concurso público é deixar de lado as questões pessoais e influências por parte dos gestores públicos e políticos, é fazer com que o candidato cumpra as regras que regem o edital, fazendo cumprir o art.5 da CF/1988 “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988).

Já na terceirização, há uma preocupação de que contratos sejam feitos através de apadrinhamento e questões pessoais. De acordo com Junior (2013, p.1), “a terceirização significa a contratação de terceiros, por parte de uma empresa, para realização de atividades gerais, não essenciais, visando à racionalização de custos, à economia de recursos e à desburocratização administrativa”.

Com isso, compreendemos que a universidade que decide manter o serviço de TILS terceirizado, pretende visar a economia e a desburocratização administrativa que geralmente um concurso exige como criação de editais.

Notamos divergências entre a legislação e os documentos que definem o cargo e as atribuições dos TILS nas universidades. É de extrema urgência a discussão sobre a forma de contratação, atribuições do cargo e institucionalização do serviço.

É necessário refletirmos sobre as exigências e responsabilidades que o cargo de TILS exigem, visto ser tradução e interpretação de conteúdos no ensino superior. Não é suficiente que as universidades cumpram o Decreto no que tange a inclusão de TILS no quadro de funcionários, além disso é preciso o compromisso da universidade com o profissional envolvido, permitindo institucionalização do trabalho, formação continuada, garantindo não só o acesso, mas a permanência do aluno surdo evitando prejuízos no acesso aos conteúdos por falta de profissionais TILS com formação especializada para cumprir as demandas dos que necessitam deste serviço.

### **3. ESPAÇOS E TEMPOS DA ATUAÇÃO DOS TILS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A PRÁTICA TRADUTÓRIA EM FOCO**

Nesta terceira seção apresentaremos algumas considerações sobre a prática da tradução no Ensino Superior. Para isso, abordaremos as teorias que destacam o papel da linguagem na constituição da subjetividade humana, a partir dos trabalhos do círculo de Bakhtin além de trazer contribuições dos estudos que orientam práticas do processo de tradução da Libras para a Língua Portuguesa e vice-versa. Nesse sentido, discorreremos sobre aspectos específicos destas tarefas no trabalho do profissional em referência.

Como já relatado das seções anteriores, o ato de traduzir/interpretar é um trabalho complexo que exige, além do conhecimento das línguas envolvidas no processo, um conhecimento da cultura e de mundo dos sujeitos envolvidos. A luz dos fundamentos teóricos de Bakhtin consideramos que as relações dialógicas organizam as relações do homem no mundo, e que não somos capazes de viver sozinhos; o convívio social aproxima os envolvidos que constituem e produzem cultura por meio das práticas sociais discursivas, com papel preponderante no desenvolvimento da consciência humana por intermédio da língua(gem). Dessa forma, por meio da

produção discursiva é que os sujeitos produzem pontes e são capazes de refletir sobre o que está incorporado nas experiências e culturas vivenciadas.

Nesse processo interacional não há passividade, porque todos os sujeitos são ativos no discurso. Os indivíduos envolvidos na relação apresentam significado ao dialogar. Entende-se que as relações se constroem com diferentes enunciados e a construção dos sentidos é partilhada por diferentes sujeitos. Assim, as relações dialógicas alcançam toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Todo enunciado é relacionado a outros enunciados, influencia e é influenciado por produções discursivas.

Bakhtin (2015, p. 331) explica que “dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem sobre o outro, no confronto dos sentidos revelam relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos”. Logo, o dialogismo é a relação de construção de sentidos que se estabelece entre dois enunciados. Para Bakhtin (1961), o fundamento de toda a linguagem é o dialogismo, essa relação com o outro. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo.

Além disso, Albres (2015, p. 70), relata que o ILS está “envolvido no dialogismo (diálogo entre discursos)”, pois esse profissional dialoga com o discurso do locutor, com suas experiências e produz um novo discurso para a pessoa surda.

Nesse sentido, o TILS que atua no contexto acadêmico estabelece um diálogo, ou seja, uma relação com o aluno surdo principalmente para elaborar e esclarecer termos acadêmicos antes desconhecidos, mas, no momento de estudo e interação, eles criam a ponte do diálogo para compreensão e aprendizagem. O discurso não é construído por si só, mas é construído a partir do discurso do outro.

O ato tradutório e interpretativo está inserido no processo dialógico de Bakhtin (2003), em que relações são estabelecidas para haver sentido no discurso. No momento da atuação, o tradutor e interprete é um sujeito que dialoga, interage e trabalha a produção de sentidos simultaneamente. Quando recebe, o discurso já está carregado de sentidos, mas no momento da sua atuação, ele deixará marcas das suas vivências e experiências nesse discurso.

Desse modo, o TILS precisa, além do contato com o aluno surdo, o envolvimento com o professor responsável pelo aluno e disciplina. Essa parceria contribui para o aprendizado do aluno surdo e maior compreensão dos termos empregados e usados na aula.

A relação dialógica é a relação que o nosso enunciado estabelece com outros enunciados que já aconteceram ou ainda virão. Quando passo uma orientação a alguém, só passo por que a recebi, e não necessariamente lembrarei onde li ou ouvi. Recebi aquele enunciado, mas quando eu falo a respeito, estou retomando enunciados anteriores, ideias que não foram concebidas por mim, mas por outros sujeitos. Desse modo meu enunciado dialoga com enunciados de outros. A partir do dialogismo há alguns elementos importantes para o estudo e conhecimento dos sujeitos presentes no discurso, um deles desenvolvido por Bakhtin (2010) é o conceito de heteroglossia (plurilinguismo/ pluridiscorso). O autor enfatiza que o verdadeiro meio da enunciação é o confronto entre as diversas vozes sociais, que se efetiva no universo das relações dialógicas.

A língua, enquanto meio vivo e concreto onde vive a consciência do artista da palavra, nunca é única. Ela é única somente como sistema gramatical abstrato de formas normativas, abstraída das percepções ideológicas concretas que a preenche e da contínua evolução histórica da linguagem viva. A vida social viva e a evolução histórica criam, nos limites de uma língua nacional abstratamente única, uma pluralidade de mundos concretos, de perspectivas literárias, ideológicas e sociais, fechadas; os elementos abstratos da língua, idênticos entre si, carregam-se de diferentes conteúdos semânticos e axiológicos, ressoando de diversas maneiras no interior, destas diferentes perspectivas (BAKHTIN, 2010, p. 96).

Assim, compreendemos como a diversidade social contribui para os tipos de linguagem produzidos nos contextos sociais, que carregam marcas profissionais do sujeito, comunidades, personalidades individuais entre outros.

A responsividade pode ser compreendida como característica e capacidade de responder de forma rápida e adequada ao que é perguntado ou às circunstâncias e situações. Podemos pensar que é a rapidez com que a fala do outro me provoca e assim, eu criar um enunciado para responder.

Na atuação do TILS é de extrema importância estar atento a esse elemento, visto que muitas vezes, o contexto, o ambiente e as palavras são novidades, por atuar em outros contextos ou não ser sua área de formação. Quando o TILS está atuando nesse contexto, ele precisa interagir com o enunciado e passar esse conteúdo para o aluno surdo, para, assim, provocar sentido e juízo de valor no discurso proposto pelo professor de uma disciplina, por exemplo.

Ao aluno surdo matriculado em uma Universidade, nada o impede de interagir, discutir e participar da aula. A única barreira nesse contexto é o da comunicação, mas se tem o TILS, essa barreira é quebrada, mas, dar voz à um surdo, quando ele sinaliza

e o TILS coloca a voz, pode causar uma certa insegurança, porque não temos o convívio, intimidade ou participações na vida e trajetória do surdo. Nesse sentido, o enunciado pode ser prejudicado por ocorrer uma irresponsividade (falta de resposta), por não se saber a situação vivenciada pelo aluno.

A responsividade está ligada à resposta ao interlocutor implicando juízo de valor da relação do enunciado com a realidade. A forma de lidar com o que é exposto, provocado naquele momento, mostrará o valor que tem para o outro, esse discurso. Durante o diálogo, os sujeitos trazem para os discursos ideias que permitem a compreensão do outro, dessa forma, é possível avaliar a relação com o outro no momento do discurso. Quando me coloco em diálogo, trago os elementos ideológicos que tem valor para mim, e os apresento de uma forma organizada ao interlocutor para que haja compressão. Mesmo organizando meu discurso, não sou autor de nada do que estou expondo, nada é de minha autoria. Isso ocorre porque estou ecoando outros conceitos e discursos adquiridos por questões de valores, conceitos e minha subjetividade foi construída a partir disso.

Bakhtin (1993) não nega a concepção de autoria, “[...] todo texto tem um autor (o falante ou quem escreve). Os possíveis tipos, modalidades e formas de autoria” (p. 104), mas, no ato da comunicação o enunciado é único e intrasferível, não sendo simplesmente o reflexo do outro, todos os enunciados que eu emito foram de outras vozes e estão empregadas no meu discurso.

No trabalho do TILS, esse elemento é bem destacado, porque ele é o intermediário no discurso, o enunciado passa por ele, mas ele não é o autor, mas o responsável por passar os discursos, que vem de outro carregados dos discursos sociais, e durante o processo de interação ocorre a ativação de memórias esquecidas. Bakhtin (2003) permite dizer que o intérprete “[...] ocupa uma posição responsável no acontecimento do existir, opera com elementos desse acontecimento e por isso a sua obra é também um momento desse acontecimento” (p. 176). Nesse sentido, os TILS são responsáveis pelo elo dos discursos com o outro e de que modo esses enunciados são ecoados a partir do contato com outros enunciados pronunciados antes, carregados de sentidos e que ressoaram de alguma forma.

A alteridade tem como pressuposto que todo ser humano interage socialmente e é interdependente do outro, porque o “eu” só existe em razão do outro. Tudo que veio a mim é por intermédio do outro, então ele me constitui nas relações

dialógicas presentes nos discursos de que participei. Conforme o Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso (GEGe)<sup>8</sup>:

Para Bakhtin, é na relação com a alteridade que os indivíduos se constituem. O ser se reflete no outro, refrata-se. A partir do momento em que o indivíduo se constitui, ele também se altera, constantemente. E este processo [...] é algo que se consolida socialmente, através das interações, das palavras, dos signos. [...] Em "estética da criação verbal", Bakhtin afirma que "é impossível alguém defender sua posição sem correlacioná-la a outras posições", o que nos faz refletir sobre o processo de construção da identidade do sujeito, cujos pensamentos, opiniões, visões de mundo, consciência etc. se constituem e se elaboram a partir de relações dialógicas e valorativas com outros sujeitos, opiniões, dizeres. A Alteridade é fundamento da identidade. Relação é a palavra-chave na proposta de Bakhtin. Eu apenas existo a partir do Outro. (GEGe, 2009, p. 13-14).

De todos os elementos a serem observados no dialogismo, a alteridade demonstra bem o trabalho de tradução em Língua de Sinais para alunos surdos. Nesse trabalho é necessária a interação com o outro e só será bem desenvolvido se todos os envolvidos no processo participarem e, dessa forma, na relação com o outro, as alterações serão perceptíveis. Passa agora por esse processo de experimento e vê uma oportunidade de crescimento tanto na prática como no discurso.

As obras de Bakhtin servem de embasamento teórico para as áreas de tradução e interpretação, no caso da Língua de Sinais. Suas teorias reforçam o que vivenciamos na prática: conceitos da relação entre "eu e o outro"; somos constituídos a partir da relação com o outro; o TILS precisa estabelecer essa relação não só com o aluno surdo, mas com os professores e tudo o que compõe o discurso.

A maneira como trazemos as nossas ideologias empregadas nos discursos para que o outro compreenda o que é vivenciado externamente é formulado, e essas ideologias são transmitidas para o outro. Assim acontece na relação do TILS com o surdo, as ideologias são transmitidas de maneira articulada. Também a ideia de que não somos o dono do discurso, mas ecoamos outras vozes, trazem à luz o trabalho de tradução feito na esfera acadêmica. Por isso, há a importância do relacionamento, interação, compreensão dos enunciados expostos e a alteração quando necessário.

Segundo Bakhtin (2003) quando nos comunicamos temos um propósito e a partir disso organizamos nossos enunciados através de determinados gêneros. Os gêneros discursivos propostos pelo autor abordam a linguagem em duas perspectivas,

---

<sup>8</sup> Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso, produziu um interessante Caderno de Estudos para leitores principiantes de Bakhtin: In Palavras e contrapalavras: Glossariando conceitos, categorias e noções de Bahktin. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009. (p.13-14)

a da atividade humana e da dimensão do uso da língua, não trata a língua isolada, mas o uso dela. Esse uso, ele classifica de enunciados e, diferente de outros estruturalistas, que visam a priorização da língua, sistema de signos e as palavras, na abordagem Bakhtiniana, o objeto de pesquisa é o diálogo, tendo como unidade da comunicação os enunciados. O autor explica que “dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem sobre o outro, no confronto dos sentidos revelam relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos” (BAKHTIN, 2015, p. 331).

Para analisar o enunciado precisamos estar atentos ao locutor e interlocutor do enunciado, visto que, sempre nessa relação haverá uma compreensão do enunciado e uma atitude responsiva ativa e isso definirá o decorrer do enunciado. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas da condição humana em seu conteúdo temático, estilo e construção composicional, essas são as características dessas dimensões.

O conteúdo temático é referente ao tema que se constrói ou circula no enunciado, o estilo corresponde ao traço de identidade do locutor ou do grupo social de convívio e a construção composicional refere-se à organização linguística do enunciado e do gênero. Diante do exposto, o autor ainda classifica os gêneros do discurso como primários e secundários. O primeiro refere-se ao vínculo imediato da realidade, que estão ligados ao tempo de enunciação, a forma mais conhecida desse gênero é o diálogo que desenvolvemos após a aquisição da linguagem e usamos ao longo da vida, nas relações familiares e em contextos sociais. O segundo gênero classificado como secundário, são gêneros mais elaborados que não dependem do vínculo imediato da realidade, como por exemplo uma palestra, um artigo científico, uma peça teatral. Seguindo os pressupostos de Bakhtin é possível compreender e elaborar o gênero do discurso secundário se eu tiver contato com o gênero.

Referente a Língua de Sinais, a classificação do gênero primário também consiste em uma conversa informal, e o secundário são formas elaboradas de sinalização, que precisam de um tempo de preparo e, além disso, o contato com determinado gênero para elaboração e compreensão.

Sobre isso, Fernandes e Medeiros (2020), apresentam a diferenciação conceitual apresentada por Bakhtin (2011):

O autor evidencia que os gêneros primários são aqueles em que o contexto de enunciação envolve a vida cotidiana, os encontros ordinários do dia-a-dia

e decorrem das condições da comunicação discursiva imediata. São mais “simples” porque são os gêneros dialogados da oralidade (ou da sinalização face-a-face), tem um vínculo imediato com a realidade concreta e se constitui do diálogo cotidiano, quando nosso discurso se ocupa das réplicas a enunciados alheios. Já os gêneros secundários são mais complexos, pois são enunciados (escritos, ou na oralidade/sinalização mediada pela escrita) mais elaborados que surgem de uma condição cultural mais organizada e desenvolvida. Os gêneros secundários são reelaborações de gêneros primários que se tornam mais complexos e circulam nos domínios da literatura, da arte, dos espaços acadêmicos e científicos (FERNANDES; MEDEIROS, 2020, p. 68).

De acordo com Silva e Fernandes (2018) no âmbito educacional existem muitos desafios quanto a tradução e a interpretação, que são de aspectos técnicos e profissional para exercer a função.

Os Estudos da tradução apontam que, diferente da interpretação que na maioria dos casos é simultânea e não demanda de um registro em vídeo, a tradução é mais complexa, porque alguns pontos devem ser observados sobre o profissional que desempenhará a função, suas competências e habilidades para desempenhá-la, o apoio interno e externo para a conclusão do trabalho, a tecnologia que pode ser empregada, possibilitando o uso de recursos visuais e a possibilidade de revisão, refazendo pontos que considerar necessário. O trabalho em equipe pode contribuir no desenvolvimento com êxito e, considerando a importância da produção da cultura visual em diferentes gêneros discursivos, que vem ocupando o centro do debate nos processos tradutórios do TILS em diferentes esferas sociais de comunicação, foco do próximo tópico.

### **3.1 Os gêneros textuais como ponto de partida aos estudos dos processos tradutórios**

Ao relatar sobre o processo acadêmico de tradução, escritos para estudantes surdos matriculados no Ensino Superior, Rigo (2018), destacou aspectos diferentes do trabalho realizado pelo intérprete nesta área. Os trechos que seguem representam uma orientação sobre as competências e conhecimentos que envolvem o trabalho do profissional e que devem ser considerados na realização desta atividade: a) a **modalidade** em que o material se apresenta; b) o **gênero discursivo** em que o conteúdo foi produzido e c) a **fluência, proficiência e competência** tradutória do intérprete na realização da tarefa. Pretende-se especificar cada um deles para melhor compreender as etapas realizadas pelo intérprete neste processo.

As traduções no Ensino Superior tem sido objeto de estudos e há uma necessidade de orientar como acontece na prática esse trabalho. Após leituras realizadas (ALBRES, 2015; SILVA, 2019; MARCUSCHI, 2008; MEDEIROS; FERNANDES, 2020; PELUSO, 2019; SANTOS, 2015) que abordam esse assunto, dividimos e selecionamos as seguintes temáticas: Modalidade, Gênero do Discurso, Fluência, Proficiência e Competência tradutória. Consideramos esses temas elementos importantes para nortear o início deste trabalho.

Sobre a modalidade que compõe o registro da Língua de Sinais em vídeo, Silva (2019) afirma que “o termo Libras videossinalizados refere-se ao uso da Libras gravada em vídeo, podendo ser um ou mais sinalizantes que estabeleçam uma relação com a câmera, independente da utilização de recursos multimodais. Na história, o registro via vídeos da comunidade surda não é recente. Em 1913, a Associação Nacional dos Surdos (NAD) produziu 18 filmes com o objetivo de promover a Língua de Sinais e representar a comunidade surda, mas, com o passar dos anos esse material foi se deteriorando devido ao deslocamento para exibição em outras cidades e, pela falta de cuidado, alguns desses registros se perderam.

A Universidade de Gallaudet conseguiu recuperar uma dessas produções de 1913 em que George William Veditz, um surdo influente que, ao sinalizar, incentivou os surdos a cuidarem e preservarem a Língua de Sinais. Esse foi o primeiro registro que encontramos e esses arquivos eram protegidos.

Com o avanço da tecnologia todos fomos beneficiados, os surdos passaram a registrar, compartilhar e arquivar materiais em vídeos, contribuindo com a cultura letrada da comunidade surda. O aumento expressivo dos conteúdos de videolibras nos faz refletir sobre a textualidade deferida que, segundo Peluso (2019), é a textualidade que se desloca no momento da enunciação e é produzida para ser entendida em contexto diferente de produção. Essa textualidade contribui como estratégia de cultura letrada, o uso da tecnologia aliada à textualidade [...]” visa retirar o texto de seu contexto de enunciação e, assim, transformá-lo em um objeto físico independente do enunciador” (p. 6).

Dessa forma, a tecnologia de linguagem está presente na textualidade deferida que, segundo Peluso (2019), pode ser de dois tipos, a representacionais (escrita) ou registrais (áudio ou visualização). Diferente da escrita que permite sublinhar, riscar e apagar, isso não acontece no registro em vídeo que é gravado e

compartilhado, tornando o registro menos manipulável, visto que é feito com as próprias palavras do enunciador não permitindo assim sua abstração total.

Essa inovação, inclusive com o surgimento de redes sociais, possibilitou o fortalecimento da comunidade surda, a visibilidade para a Língua de Sinais, o encontro das comunidades, a sinalização em diferentes gêneros e apresentou possibilidades de atuação e disponibilização para o desenvolvimento e interação do surdo. Pretende-se que as enunciações durem e para isso a internet tem se tornado um local de recolhimento e arquivamento desses materiais gravados, como *Websites*, *Blogs*, *Facebook* e *You Tube* (PELUSO, 2019).

Conforme elencamos, **o gênero discursivo** compõe a segunda temática. Segundo Bakhtin (1997) cada gênero tem sua especificidade, correspondendo ao seu determinado estilo. Ele classifica os gêneros em primários e secundários, o primeiro está ligado ao cotidiano, o uso no dia a dia, sem formulações, já o segundo é mais complexo, reformulado a partir do primário, mas passa por mudanças assim que é elaborado.

Marcuschi (2008) classifica os gêneros em diferentes domínios discursivos, no domínio instrucional há a classificação do gênero acadêmico que inclui, monografia, artigos acadêmicos, dissertação, tese, resumo de artigos de livros, resumo de livros.

E Silva (2019) apresenta as características dessas produções, algumas semelhantes. Assim como o texto escrito exige uma formatação segundo a ABNT, o registro em Libras videossinalizadas também, alguns elementos compostos na edição indicam o gênero e situa o aluno surdo sobre o material que ele assistirá. Uma das características é o uso de recursos visuais, como a escrita que acompanha a Língua de Sinais em alguns momentos do vídeo como títulos e/ou tópicos, a cor da roupa e a troca do fundo em momentos pontuais da sinalização. A complexibilidade do trabalho deixa claro que além do sinalizante, outros recursos são necessários para a conclusão do trabalho e o aluno surdo ter acesso ao material. Além de recursos humanos (para sinalizar, gravar, editar), o local e equipamentos são essenciais para o desenvolvimento desse trabalho na Universidade.

Como apresentamos que o terceiro elemento é a **fluência, proficiência e competência tradutória** que são características essenciais do profissional TILS para realização desta atividade e para atuar nesse espaço complexo e muitas vezes com conteúdo que destoam de seu conhecimento ou formação. Segundo Albres (2015), a **fluência** está relacionada à capacidade de comunicar-se e interagir de forma

adequada em uma língua sem interrupções, sem perder o ritmo e desencadeando adequadamente as palavras. Por sua vez, a **proficiência linguística** é mais abrangente e envolve outras habilidades como, usar apropriadamente o vocabulário e discursos. Portanto, as duas habilidades devem estar presentes na atuação do tradutor, que deve conhecer as línguas envolvidas no processo e ser proficiente no sentido de saber sinalizar de forma contextualizada para que haja compreensão. Sobre as **competências tradutórias**, Santos (2015) destaca:

[...] **competência linguística** (diferentes níveis de proficiência e suas implicações para a tradução e a interpretação); **competência tradutória** (identificar problemas de tradução e encontrar soluções); **competência interpessoal** (saber trabalhar em equipe criando diferentes formas satisfatórias de lidar com as múltiplas diferenças e motivações pessoais e da instituição); **competência cultural** (ligadas aos diversos públicos que usufruem dos serviços de tradução e de interpretação); **competência linguística** (lidar com os diferentes pares de línguas e seus contrastes); **competência de áreas especializadas para tradução e interpretação**; **competência de cunho operacional-administrativo** (coordenadorias de tradução ou, sistematização dos trabalhos e registro dessas atividades por meio de dossiês, relatórios e protocolos) (p. 119, Grifos nossos).

Dessas competências descritas pela autora destacamos a competência linguística que é essencial para dar início ao trabalho de tradução que, dentre outras tarefas, exigirá do profissional níveis de proficiência e saber lidar com os diferentes pares de língua, que deve conhecer e aceitar as diferenças linguísticas envolvidas no processo. O aprofundamento nas línguas como na cultura pode colaborar com o trabalho de tradução.

Outra competência é a interpessoal que possibilitará o desenvolvimento do trabalho em equipe de modo a contribuir para o êxito da tradução. Sobre isso, Santos (2015), explica que essas relações interpessoais, e o conhecimento do TILS sobre a instituição e suas resoluções contribuem para a atuação. A relação do TILS com outros profissionais também garante a visibilidade e o reconhecimento da importância desse profissional e de seu trabalho contribuindo para um olhar institucionalizado das demandas e condições de trabalho oferecido aos TILS.

Conhecer os processos organizacionais (tramitações, órgãos/setores responsáveis por determinadas decisões, formas de institucionalizar o trabalho) é vital para que as práticas de tradução e interpretação possam ter um impacto satisfatório de acordo com o tipo de instituição (SANTOS, 2015, p. 124).

E no caso, as parcerias estabelecidas no decorrer do trabalho podem auxiliar nesta atividade, principalmente, na captação da imagem, edição, esclarecimento de conceitos e busca dos termos para a sinalização, além de demandar um relacionamento interpessoal que deve ser mantido do início até o final do processo para que se obtenha uma boa execução.

### 3.2 Panorama dos profissionais que atuam como TILS nas Universidades Públicas

Para facilitar a compreensão dos dados levantados nas duas etapas de realização do trabalho, estes foram organizados e analisados considerando a leitura recorrente do material obtido, sistematizando a sua apresentação em dois grandes temas, subdivididos em subtemas.

O tema A – **“Panorama dos profissionais que atuam como TILS nas universidades públicas”**, sistematiza dados produzidos a partir do questionário aplicado aos profissionais que atuavam em universidades públicas do país. E o tema B - **“Espaços e tempos de trabalho dedicados aos processos tradutórios de textos acadêmicos em Libras”**, resulta da entrevista com o participante de uma das universidades selecionadas, que se disponibilizou a conversar sobre o desenvolvimento deste trabalho na universidade.

Sendo assim, o Quadro 3 discorrerá sobre os aspectos que foram destacados na análise do estudo organizado no Tema A. E a seguir apresentamos os resultados classificados neste tema em que buscamos compreender o perfil dos TILS que atuam nas universidades pesquisadas, a exigência para a contratação e as atribuições desenvolvidas por esses profissionais. Neste tema, ainda apresentaremos dados da transcrição da entrevista (APÊNDICE D) para complementar e/ou auxiliar na compreensão dos dados obtidos.

O Quadro 3 denominado de “Panorama dos TILS que atuam nas universidades públicas”, visa apresentar uma síntese dos subeixos e das questões norteadoras de sua realização, conforme descrito a seguir.

**Quadro 3** - Panorama dos TILS que atuam nas universidades públicas.

Subtemas encontrados na pesquisa	Questões norteadoras
Identificação dos participantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nome e e-mail</li> </ul>
Histórico e contato com a Libras	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O primeiro contato com Libras e a comunidade surda;</li> <li>▪ A motivação para o aprendizado;</li> <li>▪ Em quais contextos mantém a relação com os surdos.</li> </ul>
Dados da Formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formação no Ensino Superior;</li> <li>▪ Possui Pós-graduação;</li> <li>▪ Possui Letras/Libras;</li> <li>▪ Possui Prolibras;</li> <li>▪ Formação continuada.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atuação na Educação Básica;</li> </ul>

Atuação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atuação no Ensino Superior;</li> <li>▪ Local e período de atuação;</li> <li>▪ Carga horária.</li> </ul>
Vínculo Institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituição;</li> <li>▪ Cidade e estado;</li> <li>▪ Cargo de contrato;</li> <li>▪ Formação exigida;</li> <li>▪ Salário.</li> </ul>
Organização do trabalho na Universidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quantidade de surdos na Universidade;</li> <li>▪ Quantidade de TILS na universidade;</li> <li>▪ Qual a lotação do trabalho dos TILS;</li> <li>▪ Carga horária distribuída por atividades.</li> </ul>
Período Remoto (pandemia)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Demandas atendidas;</li> <li>▪ Apoio da instituição;</li> <li>▪ Adaptação dos professores para os alunos surdos;</li> <li>▪ Dificuldades nesse período.</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pela autora.

No tema B - “Espaços e tempos de trabalho dedicados aos processos tradutórios de textos acadêmicos em Libras”, faremos a apresentação dos resultados obtidos na entrevista que auxiliam a compreender os objetivos descritos no estudo, considerando-se a partir de sua organização, nos seguintes subtemas: i) tradução de textos acadêmicos do português para Libras para alunos surdos; e, ii) processo de filmagem e disponibilização do material.

Para facilitar a compreensão dos materiais coletados na pesquisa, esta seção foi organizada de modo a descrever os dados obtidos por meio do questionário, seguidos da seleção de trechos coletados na entrevista, de forma que eles possam auxiliar, aprofundar e/ou contrapor os resultados deste estudo.

No que diz respeito aos dados organizados no **subtema “Identificação dos participantes”**, apresentados no Quadro 4, foram obtidos por meio do questionário enviado para os TILS que desejassem participar da pesquisa. Decidimos manter o sigilo na identificação dos participantes e nomeamos por TILS 1, TILS 2 e assim por diante até o participante TILS 8. As cinco primeiras questões do questionário forneceram os dados pessoais dos participantes, cuja faixa etária varia de 26 a 41 anos. As questões que nortearam essa seção foram o nome, e-mail, idade, contato com Libras e formação, sistematizadas no Quadro 4.

**Quadro 4** - Identificação dos participantes.

Participantes	Idade	Primeiro contato com Libras	Letras/Libras Bacharelado	Letras/Libras Licenciatura	Prolibras Interpretação	Prolibras Ensino	Especialização Pós graduação
TILS 1	26	Graduação					X

TILS 2	36	Igreja			X	X	X
TILS 3	31	Graduação					Mestrado
TILS 4	34	Escola		X	X	X	X
TILS 5	49	Igreja			X		Mestrado
TILS 6	32	Associação de surdos			X		X
TILS 7	38	Igreja	X				Mestrado
TILS 8	41	Igreja			X	X	

Fonte: Dados da pesquisa

Dos oito participantes, quatro tiveram a iniciação na igreja, tendo o âmbito religioso como motivador para o aprendizado, visto que a comunidade surda frequentava esses espaços. Esses quatro TILS tiveram o contato com Libras na adolescência, na própria igreja que ofertava o curso, para que houvesse a interação com a comunidade surda<sup>9</sup>. Dois TILS tiveram seu primeiro contato com Libras e a comunidade surda nos cursos de graduação, surgindo o interesse a partir da oferta da disciplina de Libras. Um TILS aprendeu na escola por que tinha aluno surdo e, depois desse contato, procurou um curso de Libras em uma associação e outro TILS na interação com amigos surdos em uma associação de surdos que visitou.

O contato com a comunidade surda permanece, visto que eles atuam na universidade, além do contato profissional, também mantém o contato diário com surdos em associação e na igreja prestando serviço de atendimento e interpretação.

A seguir apresentaremos trechos dos excertos retirados da entrevista do TILS 5 que relata:

*[...] Eu faço parte desse grupo de intérpretes que foi se formando de forma empírica, na década de 80 e 90 se você pesquisar e observar como era a formação dos intérpretes dessa época, ela é de forma muito orgânica e éramos chamados de intérpretes comunitários, se formando através da convivência com a pessoa surda, se aproximando dessa comunidade, no meu caso não tenho parentes surdos, e comecei a ter contato com os surdos e conseqüentemente comecei interpretar, atuar como intérprete, primeiro na igreja e depois em eventos (TILS 5).*

Segundo Quadros (2004) a atuação dos intérpretes de Língua de Sinais no Brasil aconteceu em atividades religiosas a partir de 1980. Sobre isso, Rosa (2006) também acrescenta:

No Brasil a atividade de interpretação ocorre com maior frequência nas instituições religiosas; aliás, nesses lugares, a atuação do ILS tem sido uma

<sup>9</sup> A comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes - membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros - que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização (STROBEL, 2008).

prática há décadas, mais exatamente desde o início dos anos de 1980, o que explica que os melhores intérpretes de língua de sinais – salvo os filhos de pais surdos – são oriundos das instituições religiosas (p. 78).

A formação dos TILS iniciou-se de forma empírica, os ouvintes que tinham contato com os surdos passaram a atuar como mediadores na comunicação por estarem próximos, geralmente eram parentes ou participantes de grupos religiosos ou associações. Porém, não havia por parte do poder público nenhum tipo de investimento para a formação e atuação desse profissional (SANTOS, 2007).

Com isso, os próprios intérpretes articularam encontros a fim de criar espaços de formação e troca de experiências. Em 1988 foi realizado o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, organizado pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), esse foi o primeiro marco de outros encontros que aconteceriam, inclusive encontros regionais.

Portanto, compreendemos que a constituição do intérprete iniciou-se nas atividades religiosas e voluntárias dentro da comunidade, mas a atuação foi sendo valorizada “[...] na medida em que os Surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania” (QUADROS, 2004, p. 13).

Alguns TILS consideram a atuação em sala de aula mais fácil, visto que não tem alguém avaliando seu trabalho, mas sua atuação neste espaço refletirá no desempenho do aluno. Acerca da formação, acrescenta Lacerda (2009, p. 85), “não é possível permitir que os alunos surdos, frente às dificuldades de acesso aos conhecimentos que já enfrentam por sua condição linguística singular, sejam acompanhados por pessoas sem formação”.

Considerando as políticas já estabelecidas para a atuação profissional do TILS, buscamos saber quais deles tem a formação em Letras/Libras Bacharelado ou Licenciatura e a certificação no Exame de proficiência em Libras – ProLibras, apresentamos também na tabela as modalidades, visto que tinha a habilitação para o ensino da Libras e para tradução e interpretação.

A formação dos TILS é diversificada, dois TILS não tem a formação na área da educação, sendo um formado em Administração e outro em serviço social. Um TILS está em processo de formação, cursando Educação Física, e cinco TILS tem formação na área educacional, sendo em Pedagogia e Letras. Quatro TILS possuem formação na pós-graduação (especialização) e seguem a mesma linha de Educação

Especial, estudos da tradução e linguísticas e outros três cursando mestrado com previsão de término em 2022.

A partir do Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) e da Lei nº 12.319/2010 (BRASIL, 2010), aponta-se a inserção desse profissional nos setores da sociedade, inclusive no contexto educacional. Segundo Lacerda (2009, p.30) “até o Decreto nº 5.626, não se falava em formação específica para esse profissional em instituições de ensino, e essa tarefa estava reservada às associações de surdos”.

No capítulo V do Decreto Federal 5626/2005 é apresentada a formação dos TILS para a atuação profissional em nível médio e superior:

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Conforme apresentado no Quadro 5, somente um TILS tem a formação em Letras-Libras Bacharelado. A carência de profissionais com formação superior específica na área é uma característica dos participantes de grande relevância, por isso, houve a necessidade urgente da criação de cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária ou de formação continuada promovida por Instituições de Ensino Superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. Além dos cursos referidos, também foi criado o Exame Nacional de Proficiência “Prolibras” em caráter temporário, visto que foi aplicado de 2006 a 2016 a fim de certificar os profissionais para atuação no ensino e/ou interpretação.

Como as Leis descritas anteriormente ainda deixam algumas lacunas quanto a formação do TILS, existe um Projeto de Lei (PL) 9.382/2017 que revoga a Lei nº 13.319/2010 em vigor. Observamos que os TILS participantes não se acomodaram, mas continuaram seus estudos e aprofundamentos na área, cumprindo assim, o que Quadros (2007) orienta, “faz-se necessário investir na especialização do intérprete de Língua de Sinais da área da educação” (p. 59) pois, “formação e qualificação permanente é urgente” (p. 71).

Com o propósito de apresentar a atuação profissional dos TILS, a fim de identificar a experiência no contexto educacional, apresentaremos o tempo de atuação profissional dos TILS e a atuação na Educação Básica e no Ensino Superior.

**Quadro 5** - Atuação profissional como TILS.

Participantes	Tempo de atuação profissional (anos)	Atuação na Educação Básica	Atuação no Ensino Superior
TILS 1	10 anos	1 a 3 anos	1 anos
TILS 2	14 anos	3 a 4 anos	7 anos
TILS 3	4 anos	Nunca atuei	4 anos
TILS 4	16 anos	1 a 3 anos	10 anos
TILS 5	28 anos	Mais de 5 anos	14 anos
TILS 6	12 anos	Mais de 5 anos	5 anos
TILS 7	17 anos	1 a 3 anos	14 anos
TILS 8	17 anos	Mais de 5 anos	17 anos

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o Quadro 5, os oito TILS apresentam experiência, sendo sete deles na Educação Básica, todos na rede pública e Ensino Superior, somente um nunca atuou na Educação Básica.

É importante ressaltarmos a experiência do TILS no âmbito educacional, visto que, compreendemos que as atribuições diferem dos anos iniciais para o ensino superior.

Segundo Lacerda e Gurgel (2011, p. 483) “o intérprete se molda conforme as demandas da prática e vai constituindo-se como TILS nas e pelas experiências vivenciadas”. Assim, compreendemos que as experiências vivenciadas em sala de aula, propicia um suporte e base para a atuação do TILS em outras etapas educacionais. Nos níveis iniciais, o intérprete estará diante de crianças e uma série de implicações são geradas a partir disso. Crianças têm dificuldades em compreender a função do intérprete puramente como uma pessoa mediadora da relação entre o professor e o aluno. A criança surda tende a estabelecer o vínculo com quem lhe dirige o olhar. No caso, o intérprete é aquele que estabelece essa relação. Além disso, o intérprete deve ter afinidade para trabalhar com crianças.

Por outro lado, o adolescente e o adulto, lidam melhor com a presença do intérprete. Nos níveis posteriores, o intérprete passa a necessitar de conhecimentos cada vez mais específicos e mais aprofundados para realizar as interpretações compatíveis com o grau de exigência dos níveis cada vez mais adiantados da escolarização (QUADROS, 2004, p. 62).

Na atuação em series iniciais os TILS adquirem a experiência de convivência com profissionais envolvidos na escolarização do aluno surdo, como o vínculo com o professor e assim poderá planejar ações que possam contribuir com o desenvolvimento do aluno. Além disso, poderá ter noções sobre suas atribuições. O ponto de vista de Lacerda (2004) em relação ao papel do intérprete em sala de aula ressalta que:

[...] se verifica que ele assume uma série de funções (ensinar língua de sinais, atender a demandas pessoais do aluno, cuidados com o aparelho auditivo, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala de aula, atuar como EDUCADOR frente a dificuldades de aprendizagem do aluno) que o aproximam muito de um educador. [...] ele deva integrar a equipe educacional, todavia isso o distancia de seu papel tradicional de intérprete gerando polêmicas (LACERDA, 2004, p. 3).

A atuação do TILS no contexto educacional contribui para a valorização da Língua de Sinais, visto que ele é um profissional que deve estar inserido na equipe, elaborando estratégias e diálogos com outros profissionais que estão ligados diretamente à educação do surdo.

Além disso, a formação do TILS vai além da sinalização, para atuar no contexto educacional ele deve estar atento a outros aspectos como salienta Quadros (2007): “O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes” (p. 60).

Objetivando compreender como é o vínculo entre a instituição e o TILS que nela atua, no subtema “**Vínculo Institucional**” foram elaboradas questões que contribuíssem com estas informações: Qual é a universidade (cidade e estado) que o TILS atua? Qual ano de ingresso? Qual a formação exigida para contratação? Como comprovou fluência na Língua de Sinais e a média salarial. Assim, de modo a sintetizar as informações, elaboramos o Quadro 6.

Buscando saber sobre a forma de contratação dos TILS, visto que cada universidade adota uma forma, elaboramos uma pergunta sobre o regime de contratação e a carga horária do contrato, somente um TILS é contratado por tempo determinado pela universidade, os outros sete TILS são concursados. Sobre a carga horária, somente um TILS tem a carga horária semanal de 30h, os demais cumprem 40h.

**Quadro 6** - Formação exigida e Comprovante de Fluência.

Participantes	Ano Ingresso	Formação Exigida	Comprovação De Fluência	Tipo Contratação	Carga Horaria	Média Salarial
---------------	--------------	------------------	-------------------------	------------------	---------------	----------------

<b>Tils 1</b>	2021	Curso De Pós-Graduação	Especialização Em Libras	Contrato c/ Universidade	40h	+ 3 salários*
<b>Tils 2</b>	2014	Outros	Prolibras	Concurso	40h	+ 2 salários*
<b>Tils 3</b>	2019	Graduação Em Tradução E Interpretação	A Própria Graduação	Concurso	40h	+ 2 salários*
<b>Tils 4</b>	2018	Outros	Prolibras	Concurso	40h	+ 2 salários*
<b>Tils 5</b>			Prolibras	Concurso	40h	+ 3 salários*
<b>Tils 6</b>	2017	Outros	Curso Técnico De Tradução E Interpretação	Concurso	30h	+ 2 salários*
<b>Tils 7</b>	2011	Graduação	Prolibras	Concurso	40h	+ 2 salários*
<b>Tils 8</b>	2015	Outros	Prolibras	Concurso	40h	+ 2 salários*

**Fonte:** Elaborado pela autora

\*Referência salário mínimo.

De acordo com as informações obtidas e demonstradas no Quadro 6, a exigência no que diz respeito à formação para a atuação difere de universidade para universidade. Cinco universidades não exigiram a formação no Ensino Superior, uma delas exigiu um curso técnico de tradução e interpretação. Sobre a comprovação de fluência, cinco universidades usaram como comprovação o exame de proficiência em Libras – Prolibras.

Sobre o processo seletivo, todas as universidades tiveram prova objetiva, prática e, em uma universidade, teve a análise dos títulos para ocupação do cargo.

Conforme o Quadro 6, os TILS estão em diversas partes do Brasil, inclusive em cidades do interior, onde a formação específica é de difícil acesso. Nesse caso, os TILS devem procurar por cursos à distância, ou fazer investimentos para se deslocarem onde os cursos são ofertados.

Almeida e Lodi (2014) contribuem para a reflexão de que “a necessidade do profissional tradutor e intérprete de Libras manter formação contínua, na medida em que apenas a formação inicial, propiciada por meio de cursos de graduação, não é suficiente para a gama de espaços em que ele irá atuar” (p. 128). Desse modo, entendemos que só o curso de graduação não forma o profissional TILS, ele precisa estar inserido na comunidade surda promovendo ações de inclusão e acessibilidade a esse público, relacionando a teoria e prática, elementos fundamentais para o exercício da profissão.

A discussão sobre a formação desses profissionais é intensa, visto que os próprios profissionais devem reconhecer o valor da formação para a atuação. No ambiente acadêmico os conteúdos são específicos exigindo capacidade e habilidade dos TILS. Por isso, muitos deles sentem esse desafio, de fazer a interpretação de conteúdos, alguns TILS sentem essa cobrança, e com pouca experiência atuam com a intenção de ajudar o aluno surdo. Vale ressaltar que os surdos inseridos no Ensino Superior estão reivindicando seus direitos e querem TILS qualificados.

Assim, não basta apenas disponibilizar um profissional, ele precisa ser qualificado, isto é, a ideia de que mesmo com desempenho fragilizado ter um ILS é melhor do que não ter nada. Isso é um discurso normalizador que, na maioria das vezes, a educação o usa para justificar a falta de formação dos ILS (SANTOS, 2006, p. 84).

Outro ponto a ser analisado é a formação exigida para a contratação dos TILS. Nas universidades que os participantes atuam, a formação exigida está de acordo com o Decreto 5.626/2005, que prevê no capítulo V sobre a formação dos TILS para a atuação, que deve ser curso superior de tradução e interpretação com habilitação em Libras-Língua Portuguesa, e no artigo 19 apresenta que, após 10 anos da publicação do decreto, o perfil dos TILS que devem ser inseridos nas instituições federais de ensino são:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior (BRASIL, 2005).

O aumento dos alunos surdos matriculados no Ensino Superior demanda a contratação dos TILS nesses espaços, em cursos de graduação, mestrado e doutorado. Santos (2006) entende que:

Nesse espaço, os TILS estão constituindo seu papel enquanto profissionais da tradução e da interpretação, pois lhes são exigidos conhecimentos linguísticos, culturais, éticos altamente complexos. A constituição linguística é parte da identidade profissional que os ILS vêm construindo (SANTOS, 2006, p. 53).

Dando continuidade nos dados apresentados no Quadro 6, sobre a contratação de profissionais, as universidades tem formas de contratação diferenciadas, a maioria promove concursos públicos, outras optam por contratos por tempo determinado, ou seja, diretamente ligado a ela ou por empresas terceirizadas. Nesse sentido, o TILS 5 relatou na entrevista:

*Aqui nas Universidades não são todos concursados, temos colegas que tem contrato temporário, de 1 ano cada final do ano termina o contrato, são duas interpretes que estão com contrato” (TILS 5).*

Sobre isso, Santos (2006, p. 91), acrescenta que “falta política por parte das universidades para agilizar a contratação efetiva por meio de concursos públicos e, por outro lado, falta articulação por parte dos ILS para reivindicar seus direitos.”

A diferença na contratação pode acarretar outros problemas, como as atribuições previstas em contrato e em um concurso, a carga horária e a diferença salarial além de benefícios, como a estabilidade que um concurso oferece ao funcionário.

As universidades tem terceirizado o trabalho dos TILS devido à falta de profissionais qualificados para suprir a demanda no Ensino Superior, o TILS 5 relata a dificuldade de contratação na universidade em que ele atua, por isso a universidade decidiu em terceirizar esse serviço.

*“Nós já fizemos 3 seleções para 5 vagas de interpretes, é contrato por um ano, mas nós nunca conseguimos os 5 interpretes, na primeira seleção conseguimos 1, na segunda 2, na terceira 3, mas uma pessoa mal sabia libras, nós orientamos, fazemos o edital para selecionar esses candidatos e mesmo assim acaba chegando pessoas que não são fluentes em Libras. Nesse caso a pessoa nem assumiu nada, não sei se só prestou para tentar adquirir experiência, não sei. Então de 5 vagas oferecidas conseguimos 1 ou 2 interpretes. Tivemos 2 interpretes ótimos, excelentes, mas venceu o contrato eles saíram, depois entrou mais 2 pessoas. Agora estamos com um novo tipo de contrato. A Universidade contratou uma empresa que fará a seleção e vai prestar o serviço com interpretes, não é daqui essa empresa é de São Paulo. Essa empresa ganhou a licitação, mas não sabemos como eles vão resolver a contratação, seleção desses interpretes já que cobrirão as demandas necessárias. Essa empresa tem uma carga horaria para cumprir, não sei se é mensal ou semestral, e a empresa mandará o interprete presencial no campus, por que aqui tudo já voltou, alguns professores estão de forma híbrida, eu acredito que essa empresa começa no próximo semestre, fizemos essa opção porque a empresa vai ter que garantir a presença dos interpretes sempre, já que ela ganhou a licitação, ela contrata o interprete paga para ele e a universidade só desfruta do trabalho.” (TILS 5)*

Para Cavalcante Filho (2015) o serviço terceirizado gera uma preocupação, pois permite que os contratos sejam feitos por apadrinhamento ou questões pessoais. Junior (2013) revela que “A terceirização significa a contratação de terceiros, por parte de uma empresa, para realização de atividades gerais, não essenciais, visando à racionalização de custos, à economia de recursos e à desburocratização administrativa” (p. 1).

Diante do exposto, entendemos que os serviços de TILS deve ser oferecido e acompanhado pela Universidade que é a responsável pela vida acadêmica do aluno surdo. A terceirização deste trabalho pode resultar em TILS sem qualificação para desempenhar a função, e muitas vezes, a dificuldade na contratação de profissionais qualificados está relacionada as condições de trabalho oferecidas pelas empresas terceirizadas.

Sobre a carga horária ainda há uma intensa discussão, pautados na Lei nº 12.319/2010 que regulamenta a profissão do TILS, sendo necessária a elaboração de um Projeto de Lei nº 9.382/2017 que visa instruir a categoria e focar nas necessidades dos TILS, como a diminuição da carga horária.

Atualmente, os TILS (servidores públicos) têm carga horaria de 40 horas semanais nas universidades, exigindo a atuação profissional durante dois períodos. Compreendemos que essa carga horária pode prejudicar a saúde do profissional, visto que é cansativo fisicamente por causa das gesticulações, movimentos repetitivos e mentalmente, devido ao esforço de competências tradutórias para interpretar de uma língua para outra. O Projeto de Lei nº 9.382/2017, indica a diminuição da carga horária de 8h diárias e/ou 40h semanais para 6h diárias e/ou 30 h semanais, sempre atuando em revezamento de no mínimo dois TILS, contemplando assim, melhor execução na qualidade da interpretação.

Outro fator encontrado por estes profissionais é a falta de condições ergonomicamente adequadas dos postos de trabalho para desempenharem as suas funções com conforto e melhores condições de trabalho (SILVA; GUARINELLO; MARTINS, 2016).

O piso salarial da categoria é outra incansável discussão, visto que, de acordo com o Código de Brasileiro de Ocupações (CBO), a nomenclatura para o cargo nível D é de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais e, após a regulamentação profissional dos TILS, o nome não foi extinto. E para o cargo Nível E é usada a nomenclatura Tradutor e Intérprete, isso para todas as línguas, agregando o termo Libras para enfatizar a língua que estamos referenciando. Sobre a diferenciação dos cargos, o nível D é para nível médio, isto é, não exige a formação no Ensino Superior, e o nível E exige a formação em Letras/Libras ou só Letras. Mas, independentemente dos níveis de contrato, os TILS geralmente estão lotados no mesmo departamento e executando as mesmas funções, então, existe falhas no sistema institucional sobre a contratação e níveis salariais, visto que eles desempenham as mesmas demandas.

Ao fazermos a busca de um parâmetro salarial da categoria, apenas o site da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS), entidade profissional representativa dos tradutores e intérpretes de Línguas de Sinais no Brasil, apresentam uma tabela salarial, utilizada como referência e atualizada em 17 de outubro de 2020. Na seção 3 são classificados os tipos de interpretação e o salário em cada nível, ambos cumprindo 20h semanais (Quadro 7).

**Quadro 7** - Tabela da FEBRAPILS salarial dos TILS.

Educação Básica e Técnica	R\$ 2.016,00
Superior, Tecnológica e Especialização	R\$ 2.630,40
Mestrado e Doutorado	R\$ 3.360,00

Fonte: Site FEBRAPILS<sup>10</sup>

Baseados na tabela de referência da FEBRAPILS, entendemos que se deve discutir sobre a diferença salarial e ações devem ser planejadas e institucionalizadas, visando o fortalecimento da categoria e não a divisão. Geralmente a equipe de TILS está lotada no mesmo departamento, desempenhando as mesmas funções e trabalhando em revezamento na graduação e pós-graduação, portanto, os TILS que tem as mesmas atribuições não podem ser divididos pelo salário, visto que cumprem as mesmas demandas, essa divisão pode gerar conflitos e o não fortalecimento da equipe.

Santos (2012) argumenta sobre a necessidade de mobilização dos profissionais para dar visibilidade e reconhecimento aos TILS, por meio de planos de cargos e salários que:

resulta em muitos momentos, em uma atitude de invisibilidade do ser da pessoa do intérprete de Libras e a ausência de mais literaturas que tratem dessa questão histórica com mais propriedade política e educacional, e o fomento de mais organização política desta categoria na sociedade brasileira (SANTOS, 2012, p. 2).

<sup>10</sup> <https://febrapils.org.br/lista-de-referencia-de-honorarios/>

Neste subtema intitulado “**Organização do trabalho na Universidade**” (descrito no Quadro 3, apresentado anteriormente), buscamos identificar como ocorre a organização do trabalho de tradução e interpretação na universidade. Para melhor visualização, os dados foram inseridos em quadros.

No Quadro 8 apresentamos a quantidade de surdos presentes na universidade, e no Quadro 9, os TILS e as atividades atribuídas a ele, conforme a demanda semanal, com a carga horária distribuída para cada atribuição.

**Quadro 8** - Quantidade de surdos e locais que estão na Universidade.

Local	TILS 1	TILS 2	TILS 3	TILS 4*	TILS 5	TILS 6	TILS 7	TILS 8	Nº TILS na equipe
Na graduação	2	mais de 6	2		mais de 6	3	2	mais de 6	**
Nos cursos de especialização	3	5				3	3	5	12
Mestrado	2	3	1		1		2	3	7
Doutorado	1	1	2		1	3	1	1	2
Funcionário técnicos	2	0			2		2	0	13
Professores	5	3	mais de 6		mais de 6	3	5	3	12

**Fonte:** Elaborado pela autora

\*Na Universidade de atuação da TILS 4 atualmente não há surdos.

\*\* TILS 1 não respondeu.

Observamos que a equipe de TILS visa atender a demanda de alunos matriculados, funcionários e professores, e como já apresentado, quanto maior o número de surdos na instituição, maior a equipe, conforme é mostrado no Quadro 8.

Dinarte e Russo (2015) revela que

Algumas universidades estão mais adiantadas em relação ao acesso de alunos surdos, seja por terem iniciado esse processo há mais tempo ou pelo fato de a acessibilidade ser uma política institucional mais consolidada. Existem instituições de ensino superior que possuem dezenas de alunos surdos, entre graduação e pós graduação, ao passo que, em outras, existem TILS contratados, mas não há sequer um aluno surdo matriculado (p. 183).

De acordo com os dados acima, estamos vivenciando essa realidade em algumas universidades, com a presença do surdo como discente, mas também ocupando cargos. A equipe de TILS também se dá conforme a quantidade de surdos na universidade, garantindo o revezamento, o tempo varia de equipe para equipe de 20 a 30 minutos.

*“Sempre atuamos em equipes. No ensino remoto, organizamos para que as equipes sejam de, no mínimo, 3 intérpretes. Com o ingresso de novos discentes no ano de 2021, tivemos que recusar eventos científicos de outras áreas, pois a equipe é pequena para atender demandas da Universidade inteira, por isso priorizamos as aulas e reuniões onde as pessoas surdas estão presentes. Além da equipe de TILS profissionais, também contamos com a presença de estudantes do curso TILSP que são estagiários, então também temos atividades de supervisão de estágio e apoio pedagógico nas disciplinas do TILSP.” (TILS 5)*

De acordo com Nogueira e Gesser (2018) a atividade desses profissionais quando realizado em dupla possibilita aprendizado entre pares, além da interação e apoio, já que no momento da interpretação, os TILS estão concentrados em reunir esforços linguísticos, cognitivos e psicofisiológicos.

Quadros (2004) reforça a necessidade da atuação em dupla, pois, o trabalho quando realizado por apenas uma pessoa por longos períodos pode prejudicar a qualidade da interpretação devido ao esforço mental empregado no momento, podendo ocorrer inúmeras omissões.

Nesse sentido, o tempo adequado sugerido pela Nota Técnica 02/2017 da FEBRAPILS é de 20 a 30 minutos de atuação do intérprete do turno.

[...] as pesquisas que vem sendo desenvolvidas com esses profissionais recomendam a troca entre as funções de uma equipe de intérpretes num período de 20 até 30 minutos. Estudos indicam que esse período é o tempo adequado para a concentração do intérprete, depois desse tempo (20m-30m), inicia-se um processo de fadiga mental que afeta a produção da mensagem. Quanto mais longa a interpretação mais erros e omissões podem ocorrer. Essa troca é fundamental para garantir permanentemente um nível elevado na qualidade da produção na língua-alvo (MARCER; KUNZIL; KORAC, 1998 apud FEBRAPILS, 2017, p. 2).

Os dados apresentados nessa pesquisa apontam essa direção do revezamento, visto que todos os TILS devem revezar durante sua atuação.

Contudo, a questão do revezamento ainda não é uma realidade em todas as universidades, visto que alguns profissionais são contratados e terceirizados, fato que tem prejudicado a consolidação de práticas mais adequadas de valorização da profissão do TILS na Universidade.

**Quadro 9** - Atribuições dos TILS e a carga horária semanal destinada a atividade.

INTERPRETAÇÃO	TILS 2	TILS 3	TILS 4*	TILS 5	TILS 6	TILS 7	TILS 8
Sala de Aula - graduação	10 h	10 h		30h	10h	10h	10h
Aula pós-graduação	10h	Não		5h	10h	10h	
Reuniões e comissões	2h	2h	5h	2h	2h	2h	2h

Atendimentos na área de saúde	Não	Não	Não	2h	10h	Não	Não
Eventos científicos	2h	2h		2h	5h	5h	5h
Exames de concurso no ingresso	2h	Não	Não	2h	Não	2h	Não
Exames de processo seletivo para contratação	2h	Não	Não	2h	Não	2h	Não
Setor administrativo	Não	2h	Não	Não	Não	Não	2h
<b>TRADUÇÃO</b>	<b>TILS 2</b>	<b>TILS 3</b>	<b>TILS 4*</b>	<b>TILS 5</b>	<b>TILS 6</b>	<b>TILS 7</b>	<b>TILS 8</b>
Textos Acadêmicos (artigo, livro, capítulo de livro)	Não	Não	Não	5h	Não	Não	Não
Editais para concurso	Não	Não	5h	5h	Não	2h	Não
Materiais para conteúdo na web	2h	Não	Não	5h	Não	2h	Não

**Fonte:** Elaborado pela autora

\*Na Universidade de atuação da TILS 4 atualmente não há surdos.

Conforme os dados apresentados, devido as demandas, as atribuições dos TILS estão na interpretação, e o trabalho de tradução é considerado secundário visto que a carga horária é ocupada com a interpretação. Observando a carga horária toda ocupada com as demandas, os TILS não têm a possibilidade de formação continuada. Segundo informações no site da FEBRAPILS, 25% da carga horária do intérprete deve ser destinado ao estudo do material e preparação, isso, na carga horária das 40h, com 10h sendo destinadas ao estudo, mas isso não acontece. Quando perguntamos para os TILS sobre o tempo de preparo de estudo, eles preencheram que não tem esse tempo, e aproveitam o revezamento para aprender com os pares.

### 3.3 Espaços e tempos de trabalho dedicados aos processos tradutórios de textos acadêmicos em libras

Neste tema foi possível a organização dos seguintes subtemas: a) Formação; b) Trajetória profissional; c) Estruturação dos trabalhos dos TILS na universidade; d) Tradução de textos acadêmicos, sistematização desse trabalho desde a solicitação até a disponibilização do material traduzido para o aluno surdo.

A fim de compreender como é ofertado esse serviço na universidade, apresentamos os trechos da entrevista em que o TILS 5 relata sobre a estruturação do serviço logo abaixo.

No que se refere à tradução de textos acadêmicos, buscamos saber como é a estruturação do trabalho de tradução de textos acadêmicos. Segundo o TILS, na universidade que ele atua, toda solicitação deve ser feita via e-mail à secretária de acessibilidade. Assim, quando o professor identificar um aluno surdo pode pedir a tradução de um texto específico para que o aluno compreenda a disciplina. As demandas variam e a secretaria de acessibilidade repassa os e-mails para a divisão dos intérpretes de Libras, que selecionam conforme os pedidos e ordem prioritária. No último ano, não houve solicitação de nenhum texto para tradução em Libras. Sobre a equipe que auxilia para a gravação e disponibilização do material o TILS enfatiza:

*“Tem outra divisão ligada à secretaria de acessibilidade que são de técnicos que editam o material e alocam em um drive no google ou no Youtube e o aluno vai ter acesso. Se o professor da disciplina precisar, deve solicitar. Caso o professor solicite um texto, ele solicita na secretaria que passa para nossa divisão e lá a supervisora do trabalho vê o material, faz a previsão de entrega e designa o intérprete para o trabalho, em alguns casos o trabalho é em dupla” ( TILS 5).*

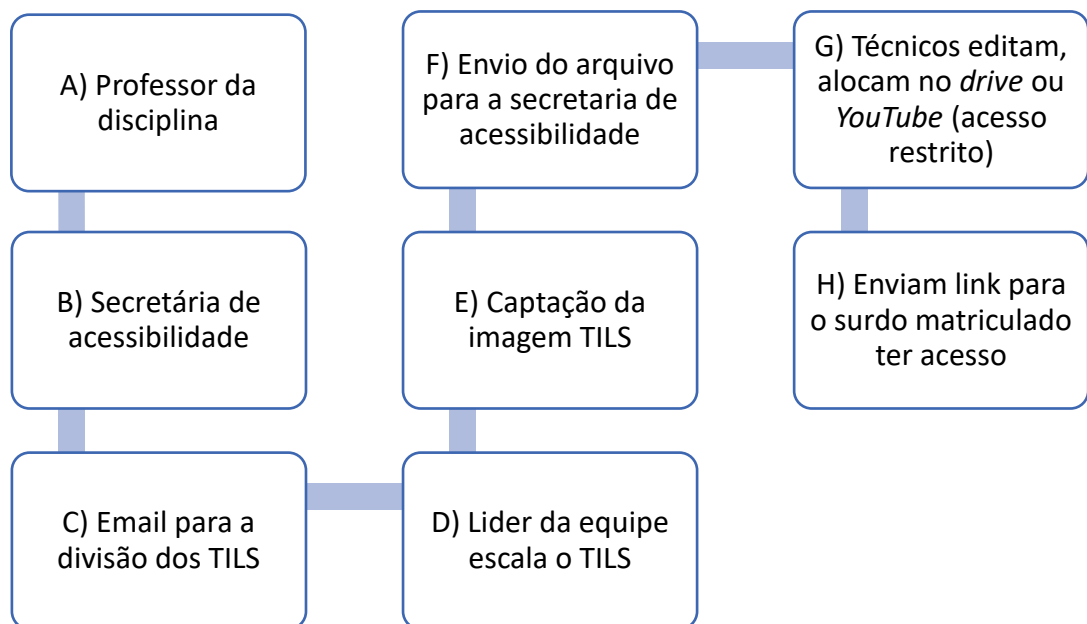
A gravação é feita pelos próprios TILS, que usam parte da sala da secretaria que tem uma câmera e, após a gravação enviam para os técnicos da universidade editarem. Segundo o TILS 5, os técnicos tem um conhecimento básico em Libras e por isso compreendem a sinalização, não necessitando do intérprete para acompanhar o processo de edição.

Essa é a realidade da maioria das equipes de TILS. A falta da política institucional na execução do trabalho de tradução não garante o uso de espaços na universidade, como um estúdio de gravação e técnicos para fazer o trabalho de edição.

A equipe de TILS é liderada por um TILS que compreende as demandas e as atribuições. O trabalho em equipe está se tornando comum devido as reivindicações dos TILS para melhores condições de trabalho, como por exemplo, o revezamento. Mas, em algumas universidades os TILS não são liderados por alguém que saiba Libras, mas por um profissional designado pela universidade com a função de fiscalizar contratos ou a demanda de serviço. O TILS 5 ainda relata que todos os profissionais da sua equipe são comprometidos com o trabalho de tradução, sabem que faz parte das suas atribuições, por isso, nunca houve recusa, sempre que solicitado, fazem por que sabem que o material é restrito e o aluno surdo não pode compartilhar o *link* de acesso. Observamos a importância da equipe se conscientizar das suas atribuições e assumir suas funções. Na minha experiência como TILS na universidade é comum não sentirem segurança para fazer um vídeo de tradução para ser disponibilizado, havendo, inclusive, a recusa na execução do trabalho alegando que não faz parte da atribuição no momento da contratação.

Segundo o relato do TILS 5, o fluxograma da oferta é sistematizado da seguinte forma:

**Figura 11** - Fluxograma do percurso de solicitação de tradução de texto na Universidade.



**Fonte:** Elaborada pela autora conforme dados da Pesquisa.

Algumas considerações importantes sobre cada uma das etapas:

a) **Professor da disciplina:** identifica se há aluno surdo matriculado e faz a solicitação da tradução de textos de leitura obrigatória;

b) **Secretária de acessibilidade:** O departamento/divisão dos TILS está lotado nesta secretaria, por isso as demandas são enviadas por E-mail para essa secretária;

c) **Divisão de TILS:** departamento que coordena o serviço de interpretação e tradução da Universidade.

d) **Lider da equipe:** na Universidade o líder da equipe é um TILS, responsável por organizar as demandas, elaborar a escala semanal dos TILS e designá-los para suas atribuições. Ele também orienta os solicitantes sobre o prazo de entrega do trabalho de tradução.

e) **Captação de Imagem:** feita pelo próprio TILS, sendo que na universidade não há um estúdio para a gravação, usam uma parede na própria secretaria, que adaptaram com Chroma Key, gravando o conteúdo a partir da leitura e com a gravação em áudio.

f) **Envio do arquivo para a secretária:** após a gravação o arquivo (vídeo) é enviado para a secretaria de acessibilidade.

g) **Técnico de edição:** após a secretaria enviar o arquivo, os técnicos fazem o trabalho de edição. Esse trabalho segue sem a presença do TILS, segundo ele os técnicos que editam têm uma noção de Libras e qualquer dúvida podem consultar o TILS. Eles alocam esse vídeo pronto no *drive* ou no *YouTube* no acesso da própria secretaria.

h) **Envio do link:** a secretaria envia o *link* para o professor que fez a solicitação, que é disponibilizado ao aluno surdo que está na disciplina. Os surdos são orientados que não podem compartilhar o *link* com outras pessoas e caso eles desistam do curso ou da disciplina eles perdem o acesso ao *link*.

Outro dado importante que antes passava despercebido e que após o período de pandemia e aulas remotas evidenciou, é o trabalho de tradução que precisou ser realizado com as aulas gravadas ou conteúdos que precisaram ser disponibilizados para alunos surdos. De acordo com o TILS 5, esse trabalho de receber o material, pesquisar o léxico, tempo de estudo também é considerado tradução.

*“No último semestre, fizemos muito por causa da pandemia e aulas remotas os professores mandavam a aula, às vezes só o áudio, ou vídeo e nós fizemos o trabalho de tradução desse material, aqui chamamos de tradução esse trabalho também porque recebemos o material,*

*ouvimos antes, temos tempo de estudo, pesquisa do léxico, dos conceitos, dos sinais, diferente da interpretação da aula que é simultânea, ao vivo, na hora (TILS 5).*

Ao finalizar, o TILS trouxe algumas considerações sobre o trabalho de tradução de textos acadêmicos na universidade

*“O trabalho de tradução na universidade pode exigir muito do intérprete. A competência referencial mais do que a competência linguística vai ser o fator que pesa. A pessoa recebe a demanda e pode acontecer dela assumir eu não tenho competência referencial para isso. Isso acontece porque tem perfil diferentes dos TILS por áreas, as vezes recebe um texto e olha e diz isso eu faço, é do meu meio, já vi sobre isso, estudei isso. A tradução não só saber o texto, mas como abordar ele em libras, na interpretação, esse tipo de coisa também é importante. Claro que você trabalhando na universidade não posso dizer não vou fazer por que não sou bom tradutor, aí não pode não dá, precisa assumir a atribuição, estudar o assunto qual a melhor forma de interpretar. Isso é muito importante a organização do trabalho, a determinação das duplas que farão o trabalho, um que domina o assunto outro que não sabe tanto, mas o trabalho junto pode funcionar. Um que tem mais dificuldade com outro TILS que tenha mais habilidade, são ações que podemos fazer no trabalho de tradução, isso em várias áreas” (TILS 5).*

O relato acima destaca que esse trabalho exige muito do TILS e, essas exigências estão apresentadas como competência linguística, o compromisso de assumir uma função e se dedicar para executá-la da melhor maneira, visto que a organização e o trabalho em equipe são alguns pontos essenciais para o êxito no desenvolvimento desse trabalho.

Os dados nos revelam que há um incomodo gerado em torno da execução dos trabalhos dos TILS nas Universidades, visto que é necessário a institucionalização desse trabalho a fim de organizar e nortear os trabalhos de tradução e interpretação. Os TILS são vistos em algumas instituições como um serviço isolado, devendo manter e executar as tarefas como definirem serem corretas não sendo orientadas conforme uma demanda da instituição. Isso gera invisibilidade do trabalho causando insatisfação implicando na motivação e êxito da execução do serviço dos TILS.

## 4 CONCLUSÃO

O Trabalho do TILS tem se fortificado devido as lutas constantes da comunidade surda em requerer seu direito linguístico. As atribuições e instruções normativas para a prática profissional estão pautadas nos estudos de tradução e interpretação.

Ao iniciar esse trabalho de pesquisa observamos a escassez no aprofundamento de estudos sobre a tradução, visto que muitos estão a área de interpretação, principalmente, no Ensino Superior. A falta de clareza da atribuição e o papel do TILS deixam uma lacuna sobre como exercer a função de tradutor para alunos surdos na universidade.

Ao ver a Língua de Sinais meus olhos brilharam e ainda brilham, mas agora, consciente de que há muito o que se fazer e espero contribuir nesse campo que demanda discussões emergentes, especialmente, nas atribuições dos TILS sobre a tradução no Ensino Superior. Consideramos que a pesquisa proporcionou reflexões diversas sobre o trabalho dos TILS na universidade, além de apontar caminhos de como institucionalizar a prática da tradução para garantir de fato o direito linguístico do aluno surdo.

Contemplamos que atingimos o objetivo geral deste estudo, que foi analisar as percepções dos TILS sobre suas práticas profissionais na Universidade, sendo que essas informações foram obtidas por meio dos questionários.

Os objetivos específicos foram: a) conhecer e mapear o perfil e as atribuições dos serviços dos TILS nas universidades públicas; b) investigar estratégias utilizadas em processos tradutórios de textos científicos em Libras nas universidades investigadas.

Posto isso, consideramos que o estudo respondeu aos objetivos dos propostos, organizando a apresentação dos resultados por eixos temáticos: eixo A, advindos da aplicação dos questionários e o eixo B, seguidos da seleção de fragmentos/trechos dos enunciados da entrevista com um TILS participante, amparados na metodologia de estudo de caso de Yin (1989). Nesta perspectiva metodológica, é atribuída à pesquisa uma aproximação com seu sujeito e o contexto na qual a pesquisa se insere, buscando, assim, imergir nas relações que envolvem os processos de transformações do objeto investigado.

Além disso, a revisão teórica contribuiu para fazer um resgate histórico e compreender os aspectos que circundam a temática no contexto atual. Os participantes do estudo foram TILS que atuam em universidades públicas brasileiras.

Sobre o primeiro objetivo específico foi possível conhecer e levantar informações dos TILS no que diz respeito ao contato com a comunidade surda, formação, experiência profissional, atribuições e as atividades desenvolvidas na universidade. Observamos por meio do questionário algumas semelhanças nas respostas dos TILS, à respeito da aproximação e primeiro contato com a comunidade surda, sendo a maioria dos participantes advindos do contexto religioso, além da formação inicial voltada à educação, apresentando assim, um perfil qualificado para atuação no contexto educacional.

Ainda foi possível observar a falta de clareza dos TILS sobre o papel que desempenha na universidade que, muitas vezes, não se apresenta claro sobre o que devem fazer e como devem executar tal demanda. A maioria das atividades que são desempenhadas são de interpretação das aulas e acessibilidade de conteúdo informativo, não deixando clara a função de tradutor de materiais e/ou textos acadêmicos para alunos surdos. Tal fato nos mostrou que as universidades devem institucionalizar com urgência o trabalho de tradução para ser executado pela equipe de TILS a fim de organizar e sistematizar esse trabalho.

Sobre o segundo objetivo de investigar estratégias utilizadas em processos tradutórios de textos científicos em Libras nas universidades, observamos que a maioria dos TILS participantes responderam não executar essa atividade de tradução devido à falta de institucionalização e de tempo para exercer tal função e, segundo eles, a prioridade é interpretação em sala de aula, tendo em vista que o trabalho de tradução é visto como algo secundário. Nesse sentido, ficou evidente que o papel dos TILS que seria de traduzir e interpretar, deixa uma lacuna de como instruir e executar essa demanda na universidade. O relato do TILS 5 evidenciou como a prática da tradução de textos acadêmicos acontece, mas ainda de forma não institucionalizada, dificultando a execução da tarefa por parte dos TILS. Conforme os dados obtidos no eixo B, observou-se que há falta de clareza sobre as atribuições dos TILS no momento da contratação, falta de conhecimento sobre técnicas e estratégias de tradução.

Além das questões institucionais, como a falta de profissionais para auxiliar na execução do trabalho e de formação dos TILS, observamos que a carga horária é ocupada com outras atividades também essenciais na universidade, como a

interpretação de aulas e atendimento ao aluno surdo. Desse forma, o trabalho de tradução é visto como algo secundário e nem sempre requisitado pelo aluno surdo, além disso, demanda horas de estudo, interpretação do material e uma equipe com profissionais que estejam envolvidos e comprometidos com a produção desse material em vídeo, o que demanda investimentos por parte da universidade para contratação de profissionais TILS que assumam só essa atribuição e outros profissionais que farão o processo de captação de filmagem, edição e disponibilização dos materiais.

No início desta pesquisa acreditávamos que os resultados poderiam evidenciar que a tradução de textos por parte dos TILS seria uma prática decorrente, mas fomos surpreendidos com os relatos da não execução desta atividade, deixando uma lacuna sobre a sigla TILS – Tradutor e Interprete de Língua de Sinais, mas nos mostrou um caminho que deve ser trilhado a fim de instruir os TILS e assim garantir o direito linguístico do aluno surdo.

Posto isto, sugerimos a realização de mais pesquisas sobre a temática, a fim de esclarecer dúvidas sobre o processo de tradução e apontar caminhos estratégicos para a execução de tal atividade no ensino superior.

Cabe, ainda, esclarecer que, neste trabalho, em razão do tempo limitado, só foi possível obter o questionário de oito TILS e uma entrevista. Sabemos que seria muito importante outros TILS de outras universidades participarem e apresentar suas perspectivas, porém, por meio de questionário eletrônico, com perguntas fechadas e adotando uma análise descritiva.

Por fim, consideramos a importância de pesquisas que levantem essa temática de tradução, não visando somente o processo, mas dando atenção ao profissional TILS que está envolvido na atuação. Dar voz a esses profissionais que estão inseridos no processo diretamente, que compreende e vivenciam juntamente com o aluno surdo as dificuldades e barreiras que existem para desempenhar o trabalho de tradução, além de pensar em estratégias e na equipe envolvida, pois acreditamos ser este o caminho para uma futura sistematização dessa atividade realizada pelos TILS, mas designada pela instituição de ensino.

## REFERÊNCIAS

ALBRES, N. **Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALMEIDA, Elomena Barboza de e LODI, Ana Claudia Balieiro. **Formação de intérpretes de libras-língua portuguesa: reflexões a partir de uma prática formativa. Libras em estudo: formação de profissionais**. Tradução. São Paulo: FENEIS, 2014. . . Acesso em: 10 dez. 2022.

ANATER, G.I.P.; PASSOS, G.C.R. **Tradutor e intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação**. In: QUADROS, R.M. (Org.). *Cadernos de Tradução*. Florianópolis: UFSC/PGET, 2010.

ARROJO, R. Os 'estudos da tradução' como área de pesquisa independente: dilemas e ilusões de uma disciplina em (des)construção. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada [online]**, v. 14, n. 2, p. 423-454, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-44501998000200007>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

AVELAR, Thaís Fleury. **Análise da tradução intermodal de texto acadêmico do português escrito para a Libras em vídeo 2020**, 218 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) - Centro de Comunicação e Expressão. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BAKHTIN, Mikhail (Volochnikov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1992 (publicado originalmente em 1929).

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação Verbal**. 5ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010, p.3-90. (publicado originalmente em 1923) BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

BARBOSA, Heloisa Gonçalves. **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta**. 2a ed. Campinas: Pontes, 2004.

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B. **O intérprete de Língua de Sinais**. Objeto de Aprendizagem Incluir – UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em: <[http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA\\_SURDEZ\\_Interprete\\_Texto.pdf](http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Interprete_Texto.pdf)> Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 496 p. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm)>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº. 9.394 de 20 de dezembro.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/mp.\\_leis/leis\\_texto.asp](http://www.in.gov.br/mp._leis/leis_texto.asp)>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03)>. Acesso em: 20 Mar Mar 2021.

BRASIL. **Lei n. 12319, de 01 de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03)>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2023

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 9.382-a, de 2017.** Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=184310](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=184310)>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

DINARTE, L. D. R.; RUSSO, Â. **Tradução e interpretação de Língua de Sinais no contexto da Pós-Graduação: problematizando posições.** Cad. Trad., Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 174-196, 2015.

FEBRAPILS. **Código de ética e conduta do Tradutor intérprete e Guia intérprete de língua de sinais.** Disponível em: <https://www.febrapils.org.br>. Acesso em: 20 set. 2021

FERNANDES, S.; MEDEIROS, J. R. **Libras e arte: manifestações verbovisuais de artefatos culturais da comunidade surda.** Revista Espaço, Rio de Janeiro, n. 54, p. 15-29, 2020. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/677>. Acessado em: 01 fev. 2022.

FERREIRA, J. G. D. **Os intérpretes Surdos e o processo interpretativo interlíngua intramodal gestual-visual da ASL para Libras.** 135 f. 2019. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Estudos da Tradução) – Florianópolis, UFSC, 2019.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo.** São Paulo. Saraiva. 12ª Ed. 2007.

GERALDI, João. Wanderley. **Heterocientificidade nos estudos linguísticos.** In: Grupo de estudos dos gêneros do discurso- GEGe (Org.). Palavras e contrapalavras: enfrentando questões de metodologia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. 170p.

GERALDI, J.W. **A aula como acontecimento.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOLDFELD, M. **A criança surda.** São Paulo: Pexus, 1997

JUNIOR, Alcídio Soares. **A terceirização e o enfoque de seus conceitos.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3794, 20 nov. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/25901/a-terceirizacao-e-o-enfoque-de-seus-conceitos> Acesso em: 14 dez 2022.

LACERDA, C. B. F. de; POLETTI, J. E. **A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais.** In: FÁVERO, O; FERREIRA, W; IRELAND, T; BARREIROS, D. (Org.). Tornar a educação inclusiva. 1. ed. Brasília: Unesco/ANPED, 2009. p. 159-176, v. 1.

LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F dos; CAETANO, J.F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. In: LACERDA, C.B,F. de; SANTOS, L.F. dos (orgs). *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e Educação de surdos*. São Carlos: EDUFSCar, 2013. P. 185-200.

LACERDA, C.B.F.; LODI, A.C.B.; GURGEL, T.M. do A. SANTOS, L. F. dos. **Educação Inclusiva Bilíngue: implantação, acompanhamento e implicações para ações pedagógicas junto a alunos surdos na Educação Básica**. Relatório Final de Pesquisa: Proc. No. 477108/2008-3. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008

MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. (2015). **Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 23, n. 89, p. 984-1.014.

METZGER, M. **Os destaques das pesquisas sobre interpretação de língua de sinais no contexto acadêmica do da interpretação comunitária**. In: QUADROS, R. M. de. (Org.). *Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais, Cadernos de Tradução v.2, n.26.p.13-61*, 2010.

NASCIMENTO, V. **Dimensão ergo-dialógica do trabalho do tradutor intérprete de Libras/Português: dramáticas do uso de si e debate de normas no ato interpretativo**. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-639820145604>> Acesso: 10 Jan. 2021.

NOGUEIRA, T. C. **Intérpretes de libras-português no contexto de conferência: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine**. Dissertação. (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

NOGUEIRA, T. C.; GESSER, A. **“As pessoas não sabem o significado de apoio”:** percepções e competências no trabalho em equipe na cabine de interpretação libras português em contexto de conferência. *Translatio*, n. 15, p. 122-158, 2018.

NORD, C. **Text Analysis in Translation: theory, methodology and didactic application of a model of translation-oriented text analysis**. Tradução de Christiane Nord e Penelope Sparrow. Amsterdam; Atlanta: Rodopi, 1991.

NORD, C. **Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na**

**Área das Necessidades Educativas Especiais - 1994.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

PAGURA, R. J. Tradução & Interpretação. In: AMORIM, L. M.; RODRIGUES, C. C.; STUPIELLO, E. N. A. **Tradução & perspectivas teóricas e práticas.** São Paulo: Unesp Digital, 2015, p.183-207.

PELUSO, L. Consideraciones teóricas em torno a la educación de los sordos: especial, bilingüe, inclusiva. **Revista Educação Especial**, v. 32, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

PERES, R. S.; SANTOS, M. A. **Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em Psicologia.** **Interações**, v. 10, n. 20, p. 109-126, 2005.

PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. **Curso de Libras 1** . Rio de Janeiro : LSB Vídeo, 2006.

PONTES, V. O.; PEREIRA, L. L. O. O modelo Funcionalista de Christiane Nord aliado ao dispositivo de Sequências Didáticas. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n. 4, p. 2127-2158, 2017. Disponível em: <[http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/issue/viewFile/598/pdf\\_11](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/issue/viewFile/598/pdf_11)>. Acesso em: 18 jun. 2022

QUADROS, R. M. **O tradutor e interprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos.** Brasília, 2004.

QUADROS, R. M. & SOUZA, S. X. **Aspectos da tradução/encenação na Língua de Sinais Brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso Letras-Libras.** In: QUADROS, R. M. (org.). Estudos Surdos III. Série pesquisas. Petrópolis, RJ: Arara-Azul, 2008.

RIGO, S. N. **Tradução de textos acadêmicos de português para Língua Brasileira de Sinais: o emprego de elementos do design editorial como soluções tradutórias.** Porto Alegre: Translatio, 2018.

RONAÍ, P. **Escola de tradutores.** 7. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

ROSA, A.S. **Tradutor ou Professor? Reflexão preliminar sobre o papel do intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo.** **Ponto de Vista**, n. 8, p. 55-74, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1106>> Acesso: 10 set 2021.

RUSSO, Ângela. **Intérprete de Língua de Sinais: uma posição discursiva em construção.** 133p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do

Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre-RS, 2009.

SANTOS, S. A. dos. **Intérpretes de língua de sinais: um estudo sobre as identidades.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, S. A. **A implementação do serviço de tradução e interpretação de libras-português nas universidades federais.** Cadernos de Tradução, v. 35, p. 113-148, 2015.

SANTOS, S. A.; FRANCISCO, C. **Políticas de tradução: um tema de políticas linguísticas?** Fórum Linguístico, v. 15, n. 1, p. 2939-2949, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2018v15n1p2939>>. Acesso em: 28 out. 2022.

SEGALA, R. R. **Tradução Intermodal e Intersemiótica/Interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais.** Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Florianópolis: UFSC, 2010.

SILVA, R.C. **Gêneros emergentes em Libras da esfera acadêmica: a prova como foco de análise.** 241 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2019.

SILVA, D; FERNANDES, S. F. **O tradutor intérprete de língua de sinais (TILS) e a política nacional de educação inclusiva em contextos bilíngues para surdos: um estudo da realidade da rede pública estadual paranaense.** Revista Educação Especial, v. 31, n. 60 p. 35-50, mar. 2018.

SILVA, R. Q.; GUARINELLO, A. C.; MARTINS, S. E. S. O. (2016). **O intérprete de Libras no contexto do ensino superior.** Revista Teias, v. 17, n. 46, p. 177-190.

SKLIAR, C.B. **Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade.** In: SKLIAR, C.B. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças.* Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 7-31.

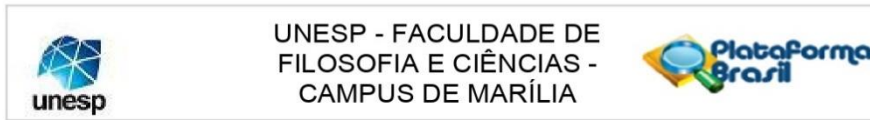
SOUZA, N. T. S. **A relevância do trabalho em equipe no processo de tradução.** Cuiabá, MT: PPGEL/UFMT, 2017.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008a.

VASCONCELOS, M.L. **Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) na Pós-Graduação: a afiliação ao campo disciplinar “Estudos da Tradução”** In: QUADROS, R.M. (Org.). *Cadernos de Tradução.* Florianópolis: UFSC/PGET, 2010.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## ANEXO A – PARECER DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Tradução de textos acadêmicos do português para Libras para alunos surdos no Ensino Superior.

**Pesquisador:** ANDRESA LINS DOS SANTOS SALVADOR

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 54770721.0.0000.5406

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.303.557

#### Apresentação do Projeto:

A pesquisadora apresenta o projeto intitulado "TRADUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS DO PORTUGUÊS PARA LIBRAS PARA UNIVERSITÁRIOS SURDOS" submetido em 23/02/2022 sob CAAE:54770721.0.0000.5406. O projeto versa sobre a importância do tradutor do tradutor intérprete de Libras na Educação Superior e, nesse sentido busca compreender o perfil e atribuições destes e, como conduzem os processos tradutórios de textos científicos em Libras, nas universidades investigadas. De forma geral, está bem descrito, com justificativa adequada e bibliografia atualizada sobre a temática.

#### Objetivo da Pesquisa:

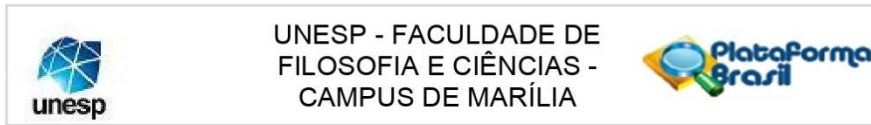
O projeto de pesquisa tem como objetivos:

- a) levantar e avaliar estruturação do serviço de tradução nas universidades públicas brasileiras e de que modo estão realizadas suas atribuições contexto universitário;
- b) avaliar de que modo desenvolvem o trabalho de tradução de textos acadêmicos vem sendo realizada;
- c) elaborar uma proposta orientadora para o trabalho de tradução de textos acadêmicos em uma universidade pública.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora informa, em relação aos riscos, que é possível que os participantes não mostrem o que desenvolvem na Universidade, bem como a não aceitação dos convidados para participar

**Endereço:** Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 17.525-900  
**UF:** SP **Município:** MARILIA  
**Telefone:** (14)3402-1346 **E-mail:** cep.marilia@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.303.557

devido a exposição, por ser uma língua sinalizada e de exposição. Porém que a aplicação do instrumento avaliativo não traz nenhum risco à saúde do participante.

Quanto aos benefícios, a pesquisadora informa: Saber a atribuição do profissional Tradutor e Interpretador de Libras no âmbito acadêmico, visando que a regularização do profissional é recente. Conhecer os trabalhos de tradução de textos que estão sendo realizados e criar um roteiro para outras Universidades seguirem.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisadora informa que serão participantes desta pesquisa Tradutores e Intérprete de Libras – TILS, que atuam ou tenham experiência em tradução em Universidades Públicas Brasileiras. Os participantes serão contatados através da rede de contatos, via e-mail ou WhatsApp individualmente, convidando a participarem da pesquisa e, em caso de aceite, será encaminhado um questionário via Google forms para preenchimento e para levantamento de dados iniciais que auxiliarão a responder aos objetivos desta pesquisa. Posteriormente, da amostra total, pretende-se selecionar até cinco intérpretes que possam colaborar para estar em encontros virtuais de estudo focal (entrevista grupal) para aprofundar a compreensão acerca da temática investigada.

Para a análise e interpretação dos dados, serão feitas leituras dos dados provenientes dos materiais recolhidos na segunda etapa à luz de constructos teóricos do campo dos Estudos Culturais Surdos em Educação e, das teorias que destacam o papel da linguagem na constituição da subjetividade humana, a partir dos trabalhos do círculo de Bakhtin. Neste momento, pretende-se analisar a partir do levantamento de categoria de compreensão das respostas obtidas no estudo, e agrupá-las considerando as perspectivas e condições de compreensão do objeto investigado.

Pesquisa relevante para Educação e acessibilidade.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os documentos obrigatórios foram entregues e estão devidamente assinados pelos responsáveis.

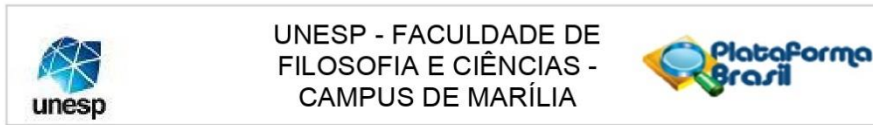
O cronograma está adequado.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi redigido de forma clara e objetiva, permitindo que os participantes envolvidos nesse projeto consigam entender os objetivos da pesquisa, bem como a apropriação dos dados obtidos para fins científicos.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado

**Endereço:** Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 17.525-900  
**UF:** SP **Município:** MARILIA  
**Telefone:** (14)3402-1346 **E-mail:** cep.marilia@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.303.557

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O CEP da FFC da UNESP de MARÍLIA, em reunião ordinária de 17/03/2022, após acatar o parecer do membro relator previamente aprovado para o presente estudo e atendendo a todos os dispositivos das resoluções 466/2012, 510/2016 e complementares, aprovado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e todos os anexos incluídos na pesquisa, resolve APROVAR a pesquisa "Tradução de textos acadêmicos do português para Libras para alunos surdos no Ensino Superior.".

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1831314.pdf	23/02/2022 10:14:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Plataforma_2022.docx	23/02/2022 10:14:24	ANDRESA LINS DOS SANTOS SALVADOR	Aceito
Outros	Justificativa.pdf	25/01/2022 15:35:08	ANDRESA LINS DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Justificativa.docx	03/01/2022 11:52:45	ANDRESA LINS DOS SANTOS SALVADOR	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo.docx	15/10/2021 08:46:48	ANDRESA LINS DOS SANTOS SALVADOR	Aceito
Folha de Rosto	Cartaandresa.pdf	15/10/2021 08:42:47	ANDRESA LINS DOS SANTOS	Aceito

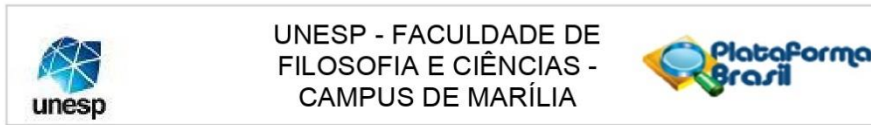
**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 17.525-900  
**UF:** SP **Município:** MARILIA  
**Telefone:** (14)3402-1346 **E-mail:** cep.marilia@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.303.557

MARILIA, 21 de Março de 2022

---

**Assinado por:**  
**MEIRE LUCI DA SILVA**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 17.525-900  
**UF:** SP **Município:** MARILIA  
**Telefone:** (14)3402-1346 **E-mail:** cep.marilia@unesp.br

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

(Resolução 466/2012/Resolução 510/2016)

Aceito o convite para participar da pesquisa intitulada “Tradução de Textos acadêmicos do Português para Libras para estudantes Surdos”, sob a responsabilidade da pesquisadora Andresa Lins dos Santos Salvador, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins (FFC/UNESP), e coorientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sueli Fernandes (UFPR), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista de Marília – PPGE/UNESP.

Fui informado(a) de que esta pesquisa tem por objetivo geral “Investigar os processos tradutórios de textos acadêmicos de português para Libras em contexto universitário”.

Concordo que a minha participação nesta pesquisa se refere ao levantamento de informações que auxiliarão o pesquisador a responder ao(s) objetivo(s) específico(s).

Fui selecionado(a) para participar da pesquisa pelo(a) Coordenador(a) do estudo. Refiro que a minha participação será voluntária e que posso interromper o compromisso assumido a qualquer momento da pesquisa, anulando o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A recusa em participar desta pesquisa não ocasionará prejuízos para as minhas atividades desenvolvidas na instituição responsável.

Estou ciente de que a participação no estudo na entrevista ocorrerá de forma individual, no contexto remoto na plataforma em horário determinado pelo pesquisador, sendo registrada gravação da mesma em áudio e/ou vídeo, para uso exclusivamente acadêmico-científico.

Fui informado(a) e estou ciente de que a minha participação é gratuita e não me oferecerá quaisquer ônus financeiros. Concordo e aceito que as informações e resultados obtidos por meio dessa pesquisa poderão se tornar públicos, mediante a publicação de relatórios e trabalhos científicos, desde que minha identidade não seja revelada. E que os dados coletados serão tratados de forma sigilosa, assegurando o anonimato e a não identificação dos participantes, sendo utilizados nomes fictícios.

---

Ciente

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE PESQUISA – QUESTIONÁRIO

### Instrumento de Pesquisa – Questionário

#### 1. Dados pessoais

- 1) Qual o seu nome:
- 2) Qual seu e-mail:
- 3) Idade:
- 4) Sexo/Orientação sexual:
- 5) Raça/cor:

#### 2. Histórico do seu contato com a Libras e ou comunidade surda

- 6) Qual seu primeiro contato com Libras?
- 7) Onde e como aprendeu Libras? Que motivos o levaram a esse aprendizado?
- 8) Tem contato com a comunidade surda?
- 9) Se sim, em quais contextos e com que frequência?

#### 3. Dados da formação

- 10) Formação em Letras Libras? ( ) Licenciatura ( ) Bacharelado
- 11) Qual sua formação no ensino superior?
- 12) Qual instituição que cursou?
- 13) Ano de formação
- 14) Curso de Pós graduação:  
( ) Curso de extensão ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado
- 15) Nome do Curso de Pós graduação
- 16) Ano de conclusão
- 17) Link do Lattes
- 18) Tem Exame de Proficiência em Libras?  
( ) Não ( ) Sim, para ensino de Libras ( ) Sim, para tradução e interpretação ( ) Sim, nas duas modalidades
- 19) Ano de obtenção do prolibras:

#### FORMAÇÃO CONTINUADA

- 20) Atualmente está frequentando algum curso (cursos, palestras, treinamento) na área para aperfeiçoar a prática?
- 21) Qual a frequência que participa de cursos, treinamentos:  
( ) Mensalmente ( ) a cada seis meses ( ) anualmente ( ) Quando tenho oportunidade ( ) quando é obrigatório ( ) outro
- 22) A sua instituição apoia atividades de formação continuada?
- 23) Se sim como isso ocorre:  
( ) Apoio financeiro ( ) Disponibilidade de horário ( ) Ofertando treinamentos com profissionais de outras universidades

#### ATUAÇÃO

- 24) Há quanto tempo atua profissionalmente como tradutor intérprete?
- 25) Tempo de serviço na educação básica:  
( ) 1 a 3 anos ( ) 3 a 5 anos ( ) Mais de 5 anos ( ) nunca atuei na educação básica
- 26) Local de trabalho  
( ) Escola pública ( ) escola particular

- 27) Cidade e estado que trabalhou  
 28) Tempo de serviço no Ensino Superior  
 29) Local de trabalho  
 30) Cidade e estado  
 31) Regime de trabalho  
 Contrato temporário  Concursado  Prestado de serviço (emissão NF)  outro  
 32) Carga horária semanal  
 20 horas  40 horas  outro

#### 4. VÍNCULO INSTITUCIONAL

- 33) Qual a instituição que você trabalha? Nome e sigla:  
 34) Que ano ingressou:  
 35) Cidade e estado  
 36) Regime de trabalho  
 Concurso público  Contrato com a Universidade  Contrato terceirizado  
 37) Nível de formação exigido:  
 Curso de graduação  Curso de pós graduação  outros  
 38) Comprovante de fluência:  
 Prolibras  Curso de extensão  Curso de especialização  outro  
 39) Como foi a prova de ingresso:  
 Prova escrita  Prova prática  avaliação do currículo  
 40) valor do salário:  
 menor que 2 salários mínimos  2 a 3 salários mínimos  mais que 3 salários mínimos

#### 5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA INSTITUIÇÃO

- 41) Na sua Universidade tem pessoas surdas?  sim  não  
 42) Se sim, indique a seguir o quantitativo de pessoas em cada nível:

	1	2	3	4	5	Mais que 6
Graduação						
Especialização						
Mestrado						
Doutorado						
Funcionários técnicos						
Professores						

- 43) O departamento de TILS está vinculado a qual departamento?  
 44) Quantos TILS atuam na universidade?  
 45) Você se reúne com outros TILS para debater atividades do trabalho? Como acontece?  
 46) Quem coordena a equipe de TILS?

( ) Um TILS da equipe ( ) um professor designado pela universidade com conhecimento em Libras ( ) Um professor designado pela universidade que não sabe libras ( ) Outro

47) Assinale onde você exerce suas atividades como intérprete de Libras, indicando a distribuição da carga horária na semana e ou por mês

ATIVIDADE	2 a 5 horas	5 a 10 horas	10 a 20 horas	20 a 30 horas	30 a 40 horas
sala de aula na graduação					
sala de aula na pós-graduação					
reuniões e ou comissões					
atividades de acompanhamento em atendimentos na área da saúde (serviço de psicologia, assistência social, medico, etc – ao aluno ou funcionários)					
eventos científicos					
nos exames de concurso do ingresso nos cursos ofertados pela universidade graduação ou pós-graduação					
nos exames de processo seletivo de contrato profissional					
No setor administrativo					
tradução de textos acadêmicos					
tradução de editais para concurso					

tradução de materiais conteúdo para web na página da universidade					
---	--	--	--	--	--

48) Comentários, caso haja outras atividades de tradução/interpretação remunerada por outros órgãos/setores da universidade

49) Atualmente, você atua sozinho nas atividades descritas acima ou atua de forma a garantir o revezamento de dois ou mais nas atividades mencionadas.

Especifique como ocorre esse trabalho.

## 6. IMPACTOS DA COVID-19 NO TRABALHO

50) Com o surgimento da COVID-19 continuou o vínculo com a Universidade?

( ) sim ( ) não

51) Com necessidade de atividades remotas, a universidade manteve o número de TILS ou houve aumento ou ampliação?

52) Quais foram as atividades que você desenvolveu no ambiente remoto?

53) Qual suporte a instituição ofereceu para o trabalho remoto?

( ) Equipamentos eletrônicos ( ) Recursos financeiros ( ) Não recebi nenhum suporte

54) Você já tinha suporte na sua casa ou foi necessário um investimento para desenvolver o trabalho? Descreva o que precisou fazer.

55) Além da interpretação nas aulas síncronas, quais foram as ações realizadas com aluno surdo?

( ) Acompanhamento assíncrono com o professor da disciplina

( ) Atendimento para sanar dúvidas quanto ao conteúdo

( ) Encontro para leitura de textos

( ) Orientação para realizar atividades proposta pelo professor

( ) Tradução e interpretação dos conteúdos da disciplina

( ) Acompanhamento psicológico

( ) Vídeo com síntese da aula

( ) Outro

56) Especifique

57) Nesse período você percebeu uma mobilização da instituição para o atendimento dos alunos surdos:

( ) Sim, conteúdos institucionais com janela de libras

( ) Sim, informações importante em vídeo libras

( ) Sim, nas aulas os professores demonstram preocupação com o aluno surdo

( ) Não, permanece as mesmas ações do presencial

( ) Não, nas aulas os professores começam e continuam a aula mesmo se houver problemas com a conexão do TILS

( ) Outro

58) as aulas síncronas são gravadas e disponibilizadas pelo professor?

59) Caso sim, o aluno surdo recebe a gravação com a janela de Libras em destaque? Como é feita a gravação?

60) Descreva sua maior dificuldade nesse período.

Caso você tenha preenchido o questionário, aceitaria conversar comigo sobre o trabalho de tradução na universidade?

( ) sim ( ) não

Indique um horário e dia da semana para esse encontro.

## APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE PESQUISA – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### PREÂMBULO

Estou realizando uma pesquisa sobre a tradução de textos acadêmicos de português para Libras para alunos surdos na Universidade. Você poderia me dar uma entrevista sobre esse trabalho na universidade? Acredito que a sua experiência tem muito a contribuir com a minha pesquisa. Eu preciso gravar a entrevista para poder analisar as respostas posteriormente, e as informações coletadas serão resguardadas através de assinatura de termo, você me autoriza fazer a gravação?

**Quem será entrevistado:** Tradutores e Intérpretes de Libras que atuam no ensino superior

**Objetivo da entrevista:** Analisar como ocorre os processos tradutórios de textos acadêmicos do português para Libras em contexto universitário, segundo o ponto de vista dos tradutores.

### Roteiro

**Para começar a entrevista quero iniciar por informações sobre a sua formação.**

- 1) Qual a sua formação acadêmica?
- 2) Você tem alguma formação complementar em Libras?
- 3) (Caso sim) Qual?
- 4) Quanto tempo você atua como tradutor/intérprete?

**Agora as perguntas serão direcionadas sobre a sua atuação na universidade.**

- 5) Há quanto tempo atua no ensino superior?
- 6) Você é concursado ou contratado?
- 7) Em qual curso você interpreta?

**Agora vou fazer perguntas sobre a tradução de textos acadêmicos.**

- 8) Você faz a tradução de textos acadêmicos do português para Libras para os alunos surdos?
- 9) (Caso sim) Você tem uma parte da jornada de trabalho dedicada à tradução de textos acadêmicos?
- 10) (Caso sim) Este trabalho de tradução de texto acadêmico é estruturado pela universidade?
- 11) Como é escolhido o texto a ser traduzido?
- 12) Você recebe solicitação de textos para serem traduzidos?
- 13) (Caso sim) Quem faz a solicitação?
- 14) Para o trabalho de tradução, é necessária a autorização do autor do texto?
- 15) (Caso sim) Como é feita a solicitação de autorização?

**Agora sobre o processo de filmagem e disponibilização do material**

- 16) Como é coletada a filmagem?
- 17) Existe algum local específico para a filmagem?
- 18) Quem faz a edição dos materiais?

19) Após a tradução onde é arquivado esse material? (Canal Youtube, biblioteca)

20) Esse material é compartilhado publicamente ou é restrito aos alunos do curso?

### **DESFECHO**

Estou finalizando a entrevista e quero saber se você gostaria de complementar algo ou comentar algo que ache importante.

Quero agradecer pela disponibilidade e saber se ao analisar os dados e surgir alguma dúvida posso entrar em conta.

## APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

### Entrevista realizada dia 04/05/2022 via Google Meet com o TILS 5.

**A: Sua formação é em Letras (português/espanhol), e sobre a sua formação em Libras?**

J: Eu faço parte desse grupo de intérpretes que foi se formando de forma empírica, na década de 80 e 90 se você pesquisar e observar como era a formação dos intérpretes dessa época, ela é de forma muito orgânica e éramos chamados de intérpretes comunitários, se formando através da convivência com a pessoa surda, se aproximando dessa comunidade, no meu caso não tenho parentes surdos, e comecei a ter contato com os surdos e conseqüentemente comecei interpretar, atuar como intérprete, primeiro na igreja e depois em eventos. Meu contato foi na Associação de surdos do Ceará e em eventos interpretando por que eram convidados os intérpretes que tinham o contato com os surdos, por que já tínhamos uma fluência em Libras, que na época nem chamávamos de Libras ainda, falávamos língua de sinais, mas formação específica não. Fizemos um curso de formação, eu não vou me lembrar agora mas foi na década de 90 eu não tenho certeza quando, foi mas era voltado para formação de novos intérpretes, inclusive dei aula nesse curso nessa mesma época surge a feneis e ela começa a promover cursos de formação para instrutores surdos quanto para intérpretes, isso para incentivar que as associações de surdos tenham nos seus projetos de ação, no departamentos tenham os intérpretes e que também tenha a formação, foi nessa época que tivemos aqui mas eu não fiz o curso por que já atuava como intérprete. Nos anos de 1994 e 1995 trabalhei como intérprete na biblioteca pública de Fortaleza no Ceará (Denise Pimentel), com surdos que participavam do laboratório na associação, foi um dos primeiros trabalhos fixos na atuação como intérprete. Além disso os trabalhos da associação, palestras eu atuava como intérprete, foram essas experiências. A minha formação como intérprete foi uma formação empírica, mas tenho uma vantagem que nesse período eu ingressei na Universidade, cursei letras e esses estudos linguísticos acabam me ajudando na formação como intérprete, muitos conteúdos que vi e estudei eu ligava a prática da língua de sinais, e lendo sobre o assunto, sobre os estudos da língua de sinais.

**A: Hoje você atua como intérprete em outros contextos?**

J: Eventualmente por que na universidade eu já trabalho 40 horas semanais, na igreja eu sinalizo, mas não interpreto mais, por que eu pastoreio junto com os surdos desde 2018, antes de 2018 eu interpretava, depois os surdos passaram a pastorear e eu atuo junto.

**A: Para o seu ingresso na Universidade, qual foi o nível de formação exigida, já que no formulário você preencheu outros.**

J: É que no concurso público federal seguiu a lei que oficializou a Libras e lá não exigia ensino superior, só o ensino médio, prolibras e formação técnica (atuar como interprete de Libras), mas sobre a formação só o ensino médio, ficou assim por que o projeto de lei exigia o ensino superior, mas a lei quando foi aprovada esses artigos sobre a formação foram tirados. Quando a gente faz a leitura de lei fica vago sobre

isso, na época eu participei dessas discussões em associação, grupo de intérpretes e a feneis participou ativamente também antes da lei ser aprovada, essa parte da exigência foi retirada, omitida da redação final da lei da Libras. Só em 2005 que houve a regulamentação, mas manteve não temos clareza sobre a exigência da formação.

Aqui nosso concurso foi em 2012 e eu entrei em 2013, mas teve uma colega Mariana que entrou antes na Universidade como intérprete, mas hoje ela é professora, mas ela foi a primeira intérprete que entrou aqui.

**A: Hoje vocês são em 13 intérpretes na Universidade?**

J: Somos em 11, tem uma intérprete que está afastada para o Mestrado, e uma vaga foi para outro campus em uma cidade chamada Crateús, por que nesse campus tem surdos, já é na fronteira com o Piauí, por isso estamos em 11.

**A: Todos são concursados?**

J: Não, temos colegas que tem contrato temporário, de 1 ano cada final do ano termina o contrato, são duas intérpretes que estão com contrato.

A gente fez o que a gente chama de divisão dentro da secretaria de acessibilidade, que é ligada ao gabinete do Reitor, então como funciona, Gabinete do reitor, secretaria de acessibilidade e a divisão de interpretação de língua de sinais e língua portuguesa, então o nosso trabalho está ligado a secretaria de acessibilidade e os intérpretes são lotados nessa secretaria.

Nós já fizemos 3 seleções para 5 vagas de intérpretes, é contrato por um ano, mas nós nunca conseguimos os 5 intérpretes, na primeira seleção conseguimos 1, na segunda 2, na terceira 3, mas uma pessoa mal sabia libras, nós orientamos, fazemos o edital para selecionar esses candidatos e mesmo assim acaba chegando pessoas que não são fluentes em Libras. Nesse caso a pessoa nem assumiu nada, não sei se só prestou para tentar adquirir experiência, não sei. Então de 5 vagas oferecidas conseguimos 1 ou 2 intérpretes. Tivemos 2 intérpretes ótimos, excelentes, mas venceu o contrato eles saíram, depois entrou mais 2 pessoas. Agora estamos com um novo tipo de contrato. A Universidade contratou uma empresa que fará a seleção e vai prestar o serviço com intérpretes, não é daqui essa empresa é de São Paulo. Essa empresa ganhou a licitação, mas não sabemos como eles vão resolver a contratação, seleção desses intérpretes já que cobrirão as demandas necessárias. Essa empresa tem uma carga horária para cumprir, não sei se é mensal ou semestral, e a empresa mandará o intérprete presencial no campus, por que aqui tudo já voltou, alguns professores estão de forma híbrida, eu acredito que essa empresa começa no próximo semestre, fizemos essa opção porque a empresa vai ter que garantir a presença dos intérpretes sempre, já que ela ganhou a licitação, ela contrata o intérprete paga para ele e a universidade só desfruta do trabalho. Eles vão atender uma carga horária por mês, atendendo as demandas que algumas são fixas por exemplo as disciplinas, a gente trabalha em duplas aqui na UFC, as duplas já são escaladas nas disciplinas.

Aqui na UFC temos o curso de Letras Libras licenciatura, mas também tem alunos surdos em outros cursos, os intérpretes atendem todas as demandas, aqui não temos o curso de letras libras/bacharelado, só a licenciatura desde 2013, antes já tinha professores surdos aqui, não me lembro quantos eram, mas em 2010, 2012 professores surdos entraram através de contrato.

Quando a primeira turma de letras libras se formou aqui em 2012 ainda como polo da UFSC, nós começamos articular para a continuidade do curso permanente na UFC,

alguns surdos formados pela UFSC são hoje os professores do letas libras aqui, a maioria dos professores que atuam aqui hoje foram da primeira turma que se formarão em 2010. Eu fui tutor do letas libras em 2009.

**A: Da sua trajetória na Universidade quais cursos você já interpretou?**

J: Aqui nós não ficamos como intérpretes fixo em um único curso, na semana tem a distribuição dos horários que demandam manhã, tarde e noite. A gente interpreta a cada semestre a disciplinas que os surdos estão matriculados, a gente tenta estar com o mesmo aluno, mas nem sempre isso é possível, preciso cumprir minhas 40h, seja na graduação ou pós graduação, atualmente temos 1 aluna na pós graduação na área de educação, meu mestrado terminou em 2020 e na minha turma tinha 2 surdas. Tem uma surda que defendeu agora, porque teve dificuldade com pandemia, mas o mestrado dela durou 4 anos, semana passada ela defendeu.

Atualmente estou atendendo uma aluna no curso de química, um aluno que faz designer de produto e gráfico, estava atendendo um aluno do polo de Crateús no curso de física, mas esse atendimento estava sendo remoto, agora não sei como vai ficar por que a vaga foi para lá por que voltou presencial, precisa atendê-lo lá.

**A: Sobre o trabalho de tradução, você faz esse trabalho?**

J: Sim, entre nossas atividades de tradução estão os textos acadêmicos, mas também estão os materiais institucionais, editais...

**A: Como é essa estruturação do serviço?**

J: A secretaria de acessibilidade por meio da divisão de intérpretes de libras, a gente fez uma orientação para os professores para atender os pedidos que eles fazem. Alguns professores pedem mais e outros menos. No último ano não fizemos a tradução específica de textos acadêmicos por que não houve a solicitação, a gente já fez muitas vezes, e temos um repositório que esse material fica arquivado e na medida que volta a disciplina o aluno surdo tem acesso. Tem outra divisão ligada à secretaria de acessibilidade que são de técnicos que editam o material e alocam em um drive no google ou no Youtube e o aluno vai ter acesso. Se o professor da disciplina precisar, deve solicitar. Caso o professor solicite um texto, ele solicita na secretaria que passa para nossa divisão e lá a supervisora do trabalho vê o material, faz a previsão de entrega e designa o intérprete para o trabalho, em alguns casos o trabalho é em dupla.

No último semestre, fizemos muito por causa da pandemia e aulas remotas os professores mandavam a aula, às vezes só o áudio, ou vídeo e nós fizemos o trabalho de tradução desse material, aqui chamamos de tradução esse trabalho também por que recebemos o material, ouvimos antes, temos tempo de estudo, pesquisa do léxico, dos conceitos, dos sinais, diferente da interpretação da aula que é simultânea, ao vivo, na hora.

No meu caso recebo a aula, assisto toda a aula, paro nos conceitos que tenho dúvida, pesquiso no Youtube ou repositórios na internet se já existe sinal para determinado termo, faço minhas anotações para minha tradução. Não é um texto escrito, minha experiência foi sobre isso. Mas alguns professores já enviaram texto, ou slides que usaria na aula, eu contatei a professora e pedi um áudio sobre a explicação do slide, porque lá ela apresentava tópicos e eu quis saber se ela ia aprofundar esses tópicos para eu fazer a interpretação, por que só a interpretação dos tópicos ia ficar sem sentido. Esses trabalhos foram frequentes na pandemia, alguns mandaram só o áudio nós interpretamos e a equipe de edição fazia a junção da janela com o conteúdo.

**A: Isso é sempre na carga horária de vocês?**

J: Sim, tudo está incluso na nossa carga horária. Aqui fizemos um boletim semanal na UFC e registramos as atividades que realizamos na semana. No período de pandemia focamos nas traduções de materiais, e antes disso tínhamos já alguns materiais traduzidos que ficam arquivados no repositório e o professor solicitando pode ter acesso e caso não tenha a tradução ele pode solicitar que seja feito.

Na sala da secretaria de acessibilidade, temos equipamento de gravação, uma câmera grande profissional e uma câmera fotográfica que também pode captar imagem em Full HD, temos também equipamento de iluminação, temos um fundo azul e verde. Não temos um estúdio, temos o equipamento (câmera, fundo, iluminação, tripé) montado no canto da sala da secretária que é grande.

**A: Vocês têm algum profissional técnico que ajuda na coleta de filmagem?**

J: Não é necessário, nós já sabemos como fazer, só ajustamos o foco, o outro vê o enquadramento, aperta o botão e grava. Já a edição nós não fazemos, fica com eles com a outra divisão que já tem uma noção de libras, entregamos o material gravado e eles editam. Os técnicos de edição não são fluentes em libras, mas conseguem se comunicar com os surdos ou professores surdos que solicitam algo para eles. O aluno para ter acesso ao material traduzido, ele deve fornecer um e-mail para que esse e-mail seja cadastrado para ele conseguir acesso no drive, se ele procurar no Youtube não vai achar, e se alguém passar o material para ele também não consegue, cada aluno deve entrar com o seu e-mail que já fora cadastrado para ter acesso. Os únicos materiais públicos são editais de processo seletivo, informações institucionais como retorno das aulas, encontros universitários, nós gravamos mandamos para a equipe e eles fazem a edição, muitos desses materiais são divulgados pela UFCTV que é um jornal da UFC, isso sim encontra de forma pública, mas materiais didáticos pedagógicos são restritos aos alunos do curso.

**A: O professor que quer um material traduzido solicita para quem?**

J: Deve solicitar para a nossa divisão. Encaminha e-mail para secretaria de acessibilidade que encaminha para a nossa divisão e a chefia responde. Nossa equipe tem uma chefe que é uma intérprete da equipe, uma parte da carga horária é destinada para a organização dos tils, organizar horários dos tils por disciplinas, responde os e-mails, coloca os documentos no sistema da UFC, ela também decide qual demanda será feita por qual tils. Acontece de no semestre já ter uma equipe com carga horária designada para tradução, mas tudo pode mudar, inclusive meus horários, eu trabalho de segunda a sexta tarde e noite, eu fiz essa escolha e a demanda é a noite por causa das disciplinas, além das demandas fixas tem as demandas fixas, por exemplo no curso de letras libras do primeiro ao quarto semestre atendemos com intérpretes em dupla as aulas do curso. Os alunos que estão em outros cursos também são atendidos, pode mudar pela demanda que chega ou os colegas precisarem mudar de horário.

Eu trabalhei durante muito tempo manhã e noite por que tinha filhos pequenos, mas se a demanda chegasse e a chefia me pedisse eu tinha que dar um jeito e atender. Cada semestre a chefia pergunta para os tils se vai manter o mesmo horário, é apresentado a demanda do semestre e pode acontecer de precisar mudar os horários. Temos também intérpretes que ficam de plantão por causa dos professores surdos na UFC, ou o professor surdo solicita para um atendimento, orientação de pesquisa, reunião e o interprete está a disposição para atender. Cada semestre nosso horário é

pré definido, mas tem os ajustes semanais. Também acontece de o aluno desistir do curso, da disciplina, e esses intérpretes são alocados para fazer outra coisa.

Sobre a solicitação, damos a preferência de quem pediu primeiro, e esses pedidos ficam arquivados e quando tem a desistência por parte do aluno na aula, na disciplina ou no curso, o intérprete começa fazer o trabalho de tradução que está na “lista de espera”. Tem vários professores que já organizam a lista de materiais e passa para a secretaria o que ser usado na disciplina, ele mesmo aponta quais textos são prioritários. No período não letivo tiramos férias, mas os que já voltaram das férias foca nas traduções desses materiais.

**A: Já aconteceu de algum interprete não fazer ou não?**

J: Nunca aconteceu isso. Visto que o material é de uso restrito os professores já sabem disso, mas os alunos também são orientados e eles não podem baixar e disponibilizar esse material, ele é orientado e tem um item que já alerta que é expressamente proibido divulgar o material, é de poder da Universidade é privado. Se acontecer isso da disponibilização sem autorização, aí sim o interprete poderá reclamar, mas nunca aconteceu.

Sempre esses materiais estão de forma restrita, seja no drive ou no YouTube, nunca público.

**A: Sempre trabalharam com revezamento?**

J: Desde sempre essas discussões são muito fortes, eventos, aulas, minicursos, se tem surdo é em dupla. Nós temos um regramento, a demanda precisa passar uma expectativa de tempo para ser atendida, se for até uma hora, com uma conversa, reunião até assumimos, mas em eventos, palestras sempre é 2. Já chegamos a estar em palestra com 4 intérpretes, 2 com português/Libras e 2 Libras/português.

**A: No período remoto, o revezamento manteve ou por falta de conexão, entrada do outro intérprete não houve revezamento?**

J: Sim aconteceu, alguns professores manteve a aula de 2, 3 4 horas de aulas, não queriam dar intervalo e nesse caso precisamos interromper e não manter a demanda. Houve casos de entrarmos em contato com a divisão e pedir que alguém entrasse e revezasse por que o horário foi ultrapassado.

O período remoto teve muita dificuldade, porque o revezamento não é só a troca para interpretar, mas o apoio nos sinais, na parceria. Quando o outro entrava às vezes a câmera não aparecia imediatamente, um termo não compreendido não tinha esse apoio do outro tils, muitas vezes usávamos o WhatsApp para passar a palavras, termo ou conceito que o tils atuando não compreendeu. Eu atuei uma vez sozinho nesse período.

Houve casos do intérprete pedir para entrar na aula e o professor não autorizar por que não conhecia, aí tínhamos que interromper avisar que o colega queria entrar.

**A: Gostaria de falar algo sobre o trabalho de tradução na Universidade?**

J: Sim algumas considerações, o trabalho de tradução na Universidade pode exigir muito do intérprete. A competência referencial mais do que a competência linguística vai ser o fator que pesa. A pessoa recebe a demanda e pode acontecer dela assumir eu não tenho competência referencial para isso. Isso acontece por que tem perfil diferentes dos tils por áreas, as vezes recebe um texto e olha e diz isso eu faço, é do

meu meio, já vi sobre isso, estudei isso. A tradução não só saber o texto, mas como abordar ele em libras, na interpretação, esse tipo de coisa também é importante. Claro que você trabalhando na Universidade não posso dizer não vou fazer por que não sou bom tradutor, aí não pode não dá, precisa assumir a atribuição, estudar o assunto qual a melhor forma de interpretar. Isso é muito importante a organização do trabalho, a determinação das duplas que farão o trabalho, um que domina o assunto outro que não sabe tanto, mas o trabalho junto pode funcionar. Um que tem mais dificuldade com outro tils que tenha mais habilidade, são ações que podemos fazer no trabalho de tradução, isso em várias áreas. Já tive experiência na área de direito de ter que interpretar.

Agora estou com uma nova experiência que é interpretar o curso de inglês para uma das nossas professoras surdas. Aqui na UFC temos as casas de culturas, são espaços que são desenvolvidos a cultura de uma determinada língua, temos a casa de cultura francesa, casa da cultura italiana, casa da cultura inglesa, casa da cultura portuguesa, casa da cultura surda e nessas casas são ofertados cursos de línguas e a professora da casa de cultura surda (que é uma surda) se inscreveu no curso na casa de cultura inglesa e eu fui designado interprete para acompanhá-la no curso e nas atividades. É um desafio, a própria professora tem feito adaptações para recebê-la como aluna surda.

Aqui nossa tarefa, atribuição aqui na UFC é interpretar português para libras, não assumimos, não fazemos a tradução do inglês para libras ou vice-versa. Mesmo que eu saiba não é minha atribuição.